

RAR

RMS LR

Novo Golpe da COFAP: Pronto o Aumento do Preço Dos Remédios

(LEIA NA 7.ª PÁGINA)



CUBA AMEAÇADA: EUA PREPARAM AGRESSÃO

(TEXTO NA 2.ª PÁGINA)

Ano I — Rio, Semana de 29 de janeiro a 4 de fevereiro de 1960 — N.º 49

NOVOS RUMOS

REDAÇÃO: AVENIDA RIO BRANCO, N.º 257 — SALAS 1711/1712

Vergonhosa Recusa do Governo Brasileiro

Respondeu o Itamarati ao convite formulado pelo governo cubano para a participação do Brasil na conferência de países subdesenvolvidos, da América, Ásia e África, que se reunirá em julho próximo, em Havana. E respondeu com um não, pretextando motivos que a ninguém convencem. Ou melhor: alegando razões que são pretextos para uma nova manifestação desta nossa política exterior, de vergonhosa subserviência ao Departamento de Estado. Ainda há dias, a propósito da visita do presidente mexicano, caracterizávamos a política exterior do Brasil em relação aos Estados Unidos como de tímidos protestos verbais e de submissão concreta, palpável, através dos atos. Esta negativa do Itamarati é uma nova comprovação do que afirmamos.

Com efeito, seria do interesse do Brasil participar na conferência de Havana? Quem estará reunido ali? Do que se tratará? Dizem respeito aos nosos interesses nacionais os problemas a serem debatidos? Estas as perguntas que se faz qualquer brasileiro, que não aceita a canga da dependência a estrangeiro e que veja apenas os interesses do Brasil — ou acima de tudo os interesses do Brasil, para usar a expressão do marechal Teixeira Lott. Em Havana estarão reunidos países que, como o Brasil, lutam para sair do subdesenvolvimento e da pobreza. É uma tentativa de unir as fileiras dos mais fracos, um passo para transformar as varas quebradiças num feixe que resista aos impactos do imperialismo. Dê-se ponto-de-vista, pode negar-se que a conferência interessa ao Brasil? Na conferência de Havana terão predomínio os problemas econômicos. E quais são eles? O da estabilização dos preços dos produtos primários, o do fortalecimento dos estabelecimentos de crédito, a criação de técnicos nacionais, o problema dos mercados regionais e a reforma agrária. Haverá um só brasileiro que possa desconhecer a importância que o debate dessas questões têm para o nosso país? Não reside, precisamente na contínua desvalorização de nosso trabalho — através da deterioração de nossas relações de trocas mercantis — uma das causas básicas do nosso subdesenvolvimento? Por que, então, volta-

(Conclui na 2.ª página)

NOVA BANDUNG — Países da América Latina, África, Ásia e Mediterrâneo discutirão em Havana o problema da fome de seus povos. Brasil também foi convidado, pelos embaixadores Lechuga e Marrero, que aqui vieram e concederam entrevista coletiva (texto na página 9).

Homens de Hitler saem da cadeia para dirigir Alemanha Ocidental

De regresso de sua viagem à União Soviética e outros países da Europa, onde esteve como enviado especial de NOVOS RUMOS, o nosso companheiro Orlando Bomfim Jr. prossegue neste número com a série de reportagens, iniciadas quando ainda no Exterior, sobre o que viu e ouviu nos países por ele visitados. Na última página desta edição, os nossos leitores encontrarão fundamentada reportagem sobre a influência de antigos e destacados nazistas na economia e no aparelho governamental da Alemanha Ocidental.



"Anistia" não é o fim de jornada, mas o início de uma luta digna que iremos encetar, disse o embaixador Alvaro Lins ao encerramento da I Conferência Pró-Anistia dos Presos Políticos da Espanha e Portugal, realizada, em São Paulo, nos dias 22, 23 e 24 do corrente. (Reportagem na página 71).

Os comunistas brasileiros, a zona de livre comércio e o mercado comum latino-americano

Leia na 6.ª página

Os torpedos do coronel Nemo

Artigo de MARIO ALVES na 3.ª página

SINDICATOS CARIOCAS PREPARAM O "DIA DA OMISSÃO"

Texto na 9.ª página

Falcão, o contrabando e o fascismo

Artigo de RUI FACÓ

Definição

O atendimento pelo Governo e o PSD das reivindicações de caráter programático que vêm sendo feitas pelo Partido Trabalhista aos seus aliados da coalizão governamental, é uma exigência de todos os que honestamente se empenham na campanha para levar à vitória, em 3 de outubro, a candidatura do marechal Henrique Lott. Por sua própria natureza, estas reivindicações estão longe de pertencer a um partido apenas. Elas refletem aspirações que vêm sendo manifestadas há longos anos pelo povo brasileiro, particularmente pela nossa classe operária, e que agora se tornam perfeitamente maduras para serem convertidas em leis e atos do Governo. São exigências de todas as forças nacionalistas e democráticas, que a opinião pública identifica com a candidatura do marechal Teixeira Lott, por ser precisamente a candidatura que indica a perspectiva de um Governo voltado para os interesses nacionais e a melhoria das condições de vida do povo.

Referem-se as reivindicações apresentadas pelo PTB a alguns problemas essenciais da luta antiimperialista — limitação da remessa de lucros e nacionalização dos depósitos bancários, assim como a medida

de conteúdo democrático e de interesse específico das massas trabalhadoras, como a reforma agrária, a regulamentação do direito de greve e da previdência social e a reclassificação do funcionalismo público.

Em sua última entrevista à imprensa, ao abordar os aspectos mais candentes da atualidade brasileira, o marechal Henrique Lott teve oportunidade de se pronunciar a favor destas medidas, renovando assim os seus compromissos, de conteúdo patriótico e democrático, com as forças nacionalistas e todo o povo. Tornou-se desse modo ainda mais evidente o sentido renovador de sua candidatura, enquanto se fortaleceu na opinião pública a consciência de que é necessário tudo fazer para assegurar o seu triunfo no próximo pleito.

A identidade que assim se estabelece entre o candidato e as reivindicações nacionalistas e democráticas mostra que a campanha eleitoral do marechal Lott terá de ser feita em termos de luta contra o entreguismo e a reação antioperária e antipovo. As exigências programáticas formuladas pelo Partido Trabalhista aos seus aliados do Governo e do PSD permitem justamente que o situacionismo,



Operário da pedreira tem a vida dura, mas não desiste. Vão buscar o Povo de Lott. Não Garris de Propria Mão.

Imperialismo lanque Quer Repetir em Cuba o Massacre da Guatemala

O "Diário de la Marifia", jornal que sempre elogiou a ditadura de Batista e dela recebeu favores especiais, publicou, em uma de suas últimas edições, um edito-

rial procurando estigmatizar o Governo cubano com a pecha de "comunista" e caluniando a associação de jornalistas e o sindicato dos gráficos. Ao pé do editorial, os gráficos do jornal colocaram, sob sua responsabilidade, uma nota dizendo: "Não é verdade". A nota foi conseqüência de uma decisão do sindicato de não publicar matéria editorial cujas notícias contendo falsificações contra a revolução cubana, enfraqueça ou consolide as posições de seus inimigos latifundiários e agentes do imperialismo norte-americano, sem uma nota desmascarando a provação.

Três jornais imediatamente protestaram contra a decisão tomada pelos jornalistas e gráficos: o "Diário de la Marifia", o "Informacion" e o "Avance", cujo diretor vem de se assilar voluntariamente junto a seus amigos norte-americanos. Todos estes jornais existiam

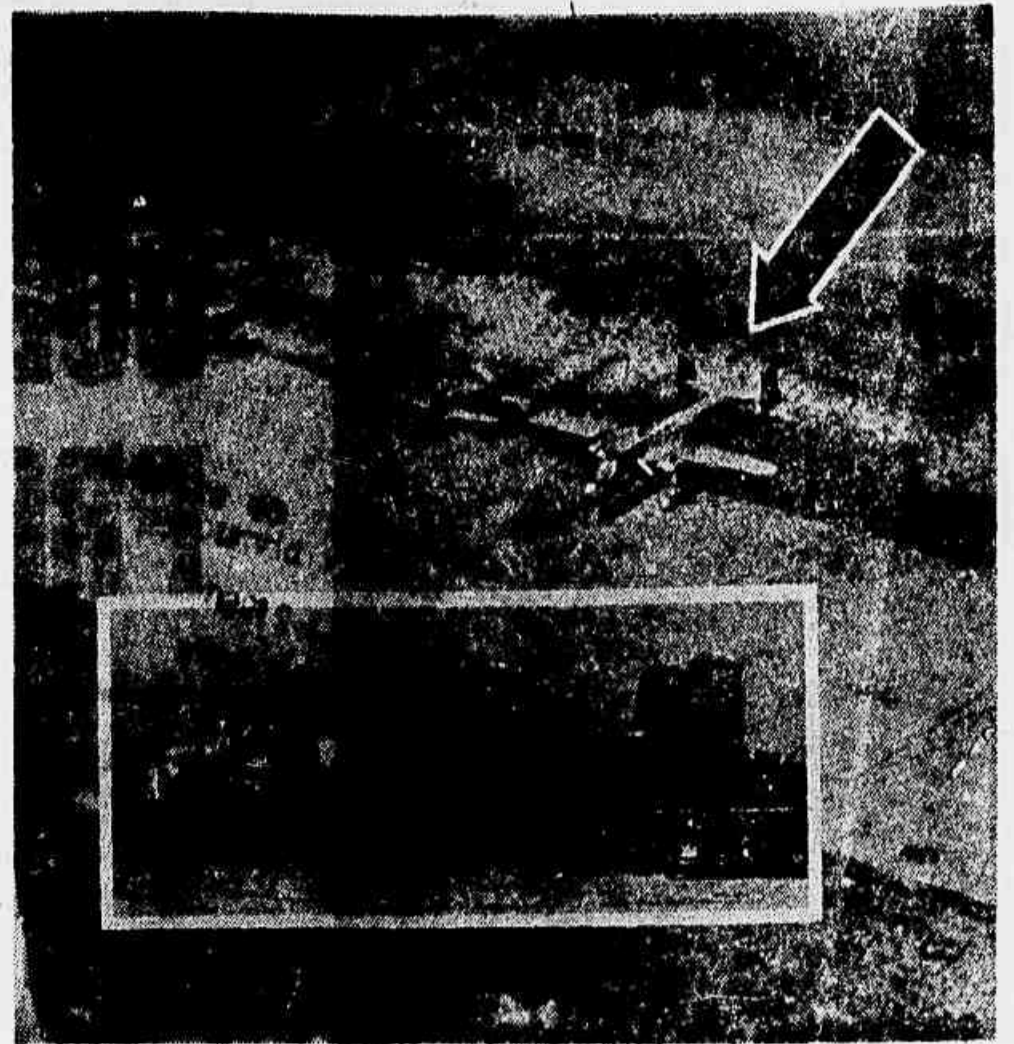
durante o regime policial de Batista, nunca tiveram suas edições confiscadas, pelo contrário sempre contaram com a proteção oficial, em troca do apoio que davam à ditadura. Permitido o seu funcionamento pelo Governo revolucionário, os três jornais continuaram sua tradição de "liberdade e independência" servindo aos inimigos do povo cubano. E em defesa desses jornais, e dos grupos de latifundiários e agentes do imperialismo que se levanta a "grande imprensa" do continente. E principalmente contra o Governo revolucionário, o povo cubano, os jornalistas e gráficos cubanos, que se fazem editoriais e notícias caluniosas e falsificadas.

verdadeiro problema não são os jornais, e sim os trustes norte-americanos em Cuba. Falando à imprensa em Miami, o sr. Nixon disse que Cuba "deve esperar alguma reação" por parte dos Estados Unidos contra o "conflito de bens norte-americanos sem compensação". afirmou ainda Nixon que a pressão sobre o Congresso americano para modificar as cotas de importação de açúcar, fixadas em lei que deve ser renovada neste ano, "se tornará cada vez maior" e que outros países latino-americanos, entre os quais o México e o Peru, estavam interessados numa cota maior.

Donde se deve concluir que os Estados Unidos utilizam seu comércio exterior como instrumento de pressão para impor condições econômicas e políticas, procurando ainda colocar uns países contra outros. Isto embora o próprio Nixon diga que "Os Estados Unidos não têm a intenção de envolver-se nos negócios internos de Cuba..." Ao mesmo tempo, para tornar ainda mais clara a política de "não intervenção" original do governo dos EUA, o secretário de estado Herter declara no Senado que não nutre esperanças de que a situação melhore por si, e o chefe de Operações Navais, almirante Burke, afirma que a base naval norte-americana de Guantanamo, em Cuba, corre o perigo de ser ocupada por "uma grande potência inimiga".

AGRESSÃO ECONOMICA...

vice-presidente dos EUA, Richard Nixon, se encarrega de mostrar que o



Apesar dos repetidos protestos do governo cubano, as autoridades norte-americanas até hoje nada fizeram para impedir que campos de pouso na Flórida sejam utilizados por Pedro Luiz Diaz Lanz, ex-comandante da aviação cubana asilado nos EE.UU., e outros contra-revolucionários para bombardear cidades e plantações cubanas. Um desses campos foi localizado no condado de Brower, a cerca de 100 quilômetros de Miami. Na foto, pode-se ver alguns dos aparelhos usados pelos contra-revolucionários no aeroporto de Pompano Beach, em Brower.

contra-revolucionários em Cuba, mas "se limita" a dar dinheiro. Como exemplo, disse que tinha entregue poucos dias antes 30 mil dólares a Emilio Nunes Portuondo, ex-senador e servidor de Batista.

Entretanto, Trujillo não "se limita" apenas a fornecer dinheiro à contra-revolução. O conhecido jornal conservador de Hamburgo "Die Zeit" há cerca de um mês denunciou detalhadamente as atividades do sr. Siegfried Waller, encarregado por Trujillo de convocar mercenários na Austria, Alemanha, Espanha e Itália, principalmente, para formar um exército comandado por Batista e alguns de seus colaboradores mais íntimos. Siegfried Waller conta com os recursos de várias companhias dominicanas, entre as quais as Indústrias Nigua, a Companhia Concreto Dominicana, e a Associação Agricultoristas Dominicanas.

"DEFESA DO HEMISFERIO"

Enquanto isto, nos Estados Unidos prepara-se o am-

plente para uma participação mais ativa na contra-revolução. A retirada "por tempo indefinido" do comandante Philip Bonsal deu início a ataques e ameaças mais violentas contra o Governo revolucionário cubano. O senador Styles Bridges, representante do Governo de Eisenhower no Senado não se contenta com represálias econômicas, mas quer que o imperialismo norte-americano force a OEA a cometer uma agressão a Cuba a pretexto de impedir "a intervenção do movimento comunista mundial, direta ou indiretamente, nos assuntos de qualquer das nações independentes do Hemisfério Ocidental". Disse ainda Bridges que Fidel Castro "mostrou um completo desprezo pelos bens dos norte-americanos e manejou seu governo de forma que revela uma grande penetração comunista".

Se até agora os Estados Unidos "se limitaram" a dar cobertura política e financeira aos stálios de Batista e a permitir que seus aviões utilizem campos de pouso na Flórida para bombardear

cidades e plantações cubanas, começa-se agora a preparar terreno para manobras maiores. Nesse instante, a uma só vez, os jornais da "grande imprensa" começam a desdobrar uma vasta campanha contra o regime de Fidel Castro. Jornais que foram avaros na condenação à ditadura de Batista e na saudação à vitória da revolução, começaram a mostrar sua "decepção" com a política do Governo cubano. A se crer nesta campanha, todo o "Hemisfério Ocidental", o imperialismo norte-americano à frente, saudou a vitória de Fidel Castro, só para vê-lo transformado num "ditador" um ano depois.

OS VERDADEIROS MOTIVOS

Além da pretensa defesa da "liberdade de imprensa" mera cortina de fumaça, o imperialismo norte-americano faz finca pé em salvar guardando os interesses dos trustes em Cuba. O próprio vice-presidente dos EUA salta campo como advogado dos (Conclui na 6.ª Página)

ADENAUER SUCESSOR DE HITLER

Respondendo à saudação do papa João XXIII, o chanceler Konrad Adenauer disse que "Deus deu ao povo alemão um papel especial nos atuais e tormentosos tempos — o de ser guardião do Ocidente contra essas poderosas influências que se fazem sentir sobre nós, procedentes do Oriente", o que é apenas uma forma reativamente mais "suave" de repetir dois dos lemas preferidos de Hitler: a Alemanha como nação predestinada a conduzir o mundo e defendê-lo da "ameaça bolchevista" e a necessidade da "Marcha para o Oriente". Diante das críticas veementes feitas a seu discurso, Adenauer afirmou que "se a República Federal não existisse ou fosse ocupada pelos soviéticos, de que modo poderia ser feita a defesa do Ocidente?"

Entretanto, quando foi que a União Soviética ameaçou, de qualquer forma, a República Federal Alemã? Desde 1945 que a URSS tem procurado melhorar suas relações com o governo de Adenauer e resolver os problemas abertos entre os dois países, como a questão da assinatura do Tratado da Paz entre a Alemanha e os aliados da Segunda Guerra Mundial. Todos os passos dados neste sentido foram contra a vontade e a atividade de Adenauer. Agora mesmo, o chanceler foi a Roma procurar apoio em sua campanha para forçar os ocidentais a voltar atrás em suas posições da Conferência de Genebra.

Sem apresentar qualquer proposta positiva para resolver o problema de Berlim ou o da Alemanha, Adenauer procura manter o clima de guerra fria para prosseguir em sua política de submeter intelualmente a Alemanha ao domínio dos militaristas e imperialistas que sempre estiveram por trás de Hitler e que agora o sustentam. Exatamente da mesma forma que Hitler, Adenauer procura servir-se do nacionalismo para cobrir suas manobras, como o faz agora ao acusar a República Democrática Alemã como responsável pelas provocações anti-semitas e forçar o congresso a votar uma lei de exceção policial, acobertando os egressos do hitlerismo encrustado em Bonn.

FAUSTO CUPERTINO



MEU DEUS, MAIS UMA ARMA SECRETA!

A Burguesia Nacional e o Socialismo na China

LUIZ CARLOS PRESTES

O capitalismo de Estado é a forma de transição através da qual o Estado realiza na China a transformação socialista da indústria e comércio capitalistas. Mantendo a aliança econômica com a burguesia, a classe operária, ao mesmo tempo que desenvolvia o setor socialista da produção, tratava de utilizar os aspectos positivos do capitalismo e de limitar ou conter o desenvolvimento capitalista na China.

Com a chamada luta contra os cinco abusos, os comunistas chineses colocavam diante das grandes massas com a necessária clareza o verdadeiro caráter da burguesia como classe exploradora. Na medida em que os lucros cresciam e que constituíam por isso motivo de inveja para os pequenos capitalistas, ansiosos de seguir o caminho do capitalismo, a burguesia nacional tornava-se agressiva e sentia-se como que orgulhosa de sua própria posição de classe exploradora. Posta, porém, a nu a verdadeira fisionomia da burguesia, sua ação contra a classe operária e os interesses do país, posto a descoberto os métodos ilegais empregados para alcançar grandes lucros, modificou-se rapidamente a situação. As massas compreenderam que o desenvolvimento do capitalismo levaria a China de volta à situação de país dependente e semicolonial e tomaram rapidamente posição contra aqueles que punham seus interesses egoístas acima dos interesses nacionais. O desprezo popular por aqueles que traíam os interesses da nação tornou-se cada vez mais evidente e quebrou o orgulho dos próprios exploradores.

Essa política contribuiu grandemente para mobilizar as massas e para acentuar a demarcação de classes entre os trabalhadores e a burguesia. Permitiu principalmente ao governo e ao Partido Comunista distinguir os diversos setores da burguesia e realizar com esta uma justa política de aliança e luta.

Para precisar e diferenciar sua política, o Partido Comunista dividia então os capitalistas em cinco categorias: 1ª) — os que acatam as leis do país; 2ª) — os que no fundamental respeitam as leis e que apenas ocasionalmente as violam; 3ª) — os que, cegos por alcançar maiores lucros, ora submetem-se às leis do país, ora as violam; 4ª) — os que violam comumente as leis; e 5ª) — os que violam gravemente as referidas leis. Aos capitalistas incluídos nas duas primeiras categorias dava o Partido Comunista um tratamento preferencial, procurando sempre divulgar seus méritos e corrigir com paciência os erros cometidos pelos da 2ª categoria. Quanto aos da 3ª categoria, que constituíam a grande maioria, esboçava-se o Partido Comunista por reeducá-los, criticando-os sistematicamente, a fim de ganhá-los para o socialismo. Os capitalistas incluídos na 4ª categoria eram obrigados pelo governo a devolver os lucros ilegalmente alcançados e apenas os incluídos na 5ª categoria eram sujeitos às sanções penais que, segundo a gravidade dos delitos cometidos, iam de processo e prisão até a pena capital.

Foi através desse duro e difícil processo de luta que foi aplicada a política de resgate gradual visando a nacionalização dos meios de produção privados da burguesia. De início, antes da transformação por ramos inteiros, das empresas privadas em empresas mistas estatais-privadas, o resgate se realizava sob a forma de distribuição de lucros, entregando o Estado ao capitalista uma parte determinada dos lucros da empresa, parcela que em geral representava 25% do total.

Em seguida, já na primavera de 1956, estavam criadas as condições que permitiam a conversão por ramos inteiros das empresas industriais e comerciais-privadas em empresas mistas estatais-privadas. Diante das limitações impostas pelo Estado ao desenvolvimento capitalista e ao rigoroso controle das massas trabalhadoras, aos próprios capitalistas já interessava a transformação de suas empresas em estatais-privadas, o que significava para eles a associação com o Estado e maiores garantias para seus negócios. Por isso, eram os próprios capitalistas que iam para as ruas pedir que suas empresas passassem a mistas. Em um mês a conversão foi realizada em todo o país, sendo que na cidade de Shanghai foi realizada em apenas 14 dias.

O Partido Comunista soubera efetivamente escolher o justo caminho de transição pacífica para o socialismo, a política do resgate gradual que, visando a completa eliminação da propriedade privada dos meios de produção e do comércio privado, oferecia aos capitalistas um caminho aceitável, que facilitava a eles a colaboração com o Estado socialista e que dava tempo para que se reeducassem. Aos capitalistas foi assegurado, durante um período de 7 anos, o lucro de 5% sobre o capital que efetivamente possuíam. Seria, assim, paga pelo Estado, uma parcela que representa 35% do capital nacionalizado, preço político da transformação realizada e bem aceito pelos próprios capitalistas. Estes, dadas as circunstâncias, reconheceram que o governo e o Partido Comunista os trataram bem, que foram mesmo a extremos de bondade, e que não têm por isso nenhuma razão de opor-se ao novo regime social.

Além disto, a todos os representantes do capital privado aptos para o trabalho foi assegurado um trabalho adequado, nos postos de gerência ou de direção técnica, nas novas empresas mistas, e aos incapazes de continuar trabalhando nas referidas empresas garantiu-se outra colocação ou necessário socorro, que lhes deu os meios de vida indispensáveis. Além do dividendo a que têm direito durante um período de sete anos, podem os antigos capitalistas trabalhar. Muitos deles ganham agora quase o mesmo que anteriormente e numerosos elegeram sua posição política, como membros de assembleias populares ou por trabalharem em órgãos do Estado, na qualidade de diretores, ou como gerentes ou técnicos em empresas industriais. Em Shanghai, por exemplo, há 204 capitalistas que são gerentes ou subgerentes de empresas mistas estatais-privadas e cerca de

16 000 antigos capitalistas que exercem postos de chefia ou subchefia em fábricas e comunas populares.

Em conjunção com a transformação das empresas do capitalismo privado em estatais-privadas é realizado pelos comunistas chineses um ingente trabalho de reeducação ideológica dos capitalistas, através do estímulo ao desenvolvimento entre eles da crítica e autocrítica e do estudo do marxismo-leninismo. A política de tratamento diferenciado das diversas camadas da burguesia tem sido outro fator importante de educação dos capitalistas.

Nesse terreno — disseram-nos os camaradas chineses — nem tudo marcha porém de vento em popa, são ainda sérias as dificuldades a vencer. A concepção do mundo da burguesia e seus métodos de trabalho não foram, no fundamental, ainda mudados. Pensam os camaradas chineses, no entanto, que a maioria esmagadora dos elementos burgueses poderá ser transformada e isto graças ao trabalho persistente das organizações do Partido nas principalmente às mudanças que se vão processando na situação mundial. Inclusive o ascenso das lutas democráticas e populares na América Latina vem influiuendo seriamente sobre os antigos capitalistas chineses, cada vez mais convencidos de que o mundo marcha inexoravelmente para a completa vitória do socialismo.



Capitalistas remanescentes do velho regime participam hoje ativamente da vida na China, trabalhando em todos os setores de atividade.

NOVOS RUMOS

Diretor — Mário Alves
Gerente — Guttemberg Cavalcanti
Redator-chefe — Orlando Bomfim Jr.
Secretário — Fragmon

Borges
REDATORES
Almir Matos, Rui Facó,
Paulo Mota Lima, Maria da Graça, Luis Ghilardini.

MATRIZ
Redação: Av. Rio Branco,
257, 17º andar, S/1712
— Tel: 42-7344

Gerência: Av. Rio Branco,
257, 9º andar, S/905
Endereço telegráfico —

«NOVOSRUMOS»
ASSINATURAS

Anual C\$ 250,00
Semestral " 130,00
Trimestral " 70,00
Área ou sob registro,
despesas à parte
N. avulso C\$ 5,00
N. atrasado " 8,00

OS TORPEDOS DO CORONEL NEMO

Mário Alves

Ao denunciar uma pretenção de infiltração comunista nos Comitês Pró-Lott o exigiu, através da imprensa janista, a expulsão dos elementos vermelhos... o coronel Nemo Canabarro Lucas deixou claro seu intento de monopolizar a campanha do candidato nacionalista e dividir as forças populares que a apoiam.

Em resposta ao coronel Nemo, cabe dizer que a candidatura nacionalista não é propriedade de nenhum grupo político e, muito menos, de qualquer pretendente a caudilho. A indicação do marechal para candidato partiu de setores nacionalistas que incluem patriotas de influentes convicções ideológicas — militares, deputados, estudantes, intelectuais e trabalhadores de várias filiações partidárias ou sem partido. A força dessa candidatura reside precisamente em sua natureza unitária, na possibilidade que tem de agrupar correntes nacionalistas e populares de diversas tendências. Estabelecer discriminações contra qualquer dessas correntes é o maior serviço que se pode prestar ao Janismo.

Quando o coronel Nemo fala em expulsar a quinta-coluna vermelha dos Comitês Pró-Lott, é ele que atua como quinta-co-

luna no sentido nazista, porque tenta desagregar por dentro a frente lottista e trabalha — consciente ou inconscientemente, pouco importa — a favor de Jânio Quadros. Tanto isso é verdade que o coronel Nemo, antes considerado um energúmeno, um irresponsável, um dinamitador, passou a merecer apreciações elogiosas do «Correio da Manhã». Não confundamos, pois, o coronel Nemo com o seu homônimo de Júlio Verne. Enquanto o famoso capitão Nemo afundava navios inimigos, o coronel se compraz em lançar torpedos contra a própria candidatura que diz apoiar.

A irritação do coronel Nemo decorre do fracasso de suas tentativas para colocar sob o comando exclusivo de seu grupo a campanha pró-Lott. Personalista como todo aventureiro político, só admite a existência de Comitês que se subordinem à sua notória desorientação. Este critério não pode ser aceito, evidentemente, pelas forças que se reúnem sob a bandeira da candidatura nacionalista. A maioria dos Comitês Pró-Lott, reflete em sua composição heterogênea e em sua plataforma nacionalista e popular o sentido unitário da candidatura do marechal. Não são formados apenas de comunistas ou socialistas, de trabalhistas ou

socialistas, de populistas ou republicanos. Incluem — ou devem incluir — militantes de todas essas forças políticas, e ainda patriotas sem filiação partidária. Somente assim podem expressar realmente a unidade do povo em torno da candidatura nacionalista. Quem quer que pretenda imprimir um caráter exclusivista e sectário à campanha pró-Lott — e a advertência não vale apenas para o coronel Nemo — estará levando água ao moinho de Jânio.

Quando aos insistentes esforços do coronel Nemo para isolar os comunistas do movimento nacionalista, seu insucesso encerra uma lição. Nemo soube, há muito tempo, ser uma espécie de Nasser brasileiro. Quer um movimento nacionalista sob o seu comando, sem os comunistas e contra os comunistas. Mas o Nemo não é Nasser, nem o Brasil é Egito. Nemo andou cortando os sindicatos, passando como líder de massas, mas não conseguiu iludir os trabalhadores e arrastá-los para sua frente nacionalista anticomunista. Os trabalhadores sabem, por uma longa e dolorosa experiência, que o anticomunismo leva à supressão das liberdades democráticas e dos direitos operários; à proibição das greves e à intervenção nos

sindicatos. Formando uma consciência cada vez mais clara dos seus interesses, a classe operária brasileira não está disposta a entregar a bandeira da emancipação nacional a nenhum aprendiz de ditador.

Em um país como o Brasil — onde o proletariado industrial é relativamente numeroso e concentrado, onde o Partido Comunista desempenha um papel influente no movimento operário e na luta antiimperialista — que sentido pode ter uma frente nacionalista sem os comunistas? Não pode haver um verdadeiro movimento antiimperialista de massas sem a participação dos trabalhadores e de seus combatentes de vanguarda, que são precisamente os comunistas. Qualquer tentativa de reverter o movimento nacionalista com uma feição anticomunista só pode resultar, portanto, em dividi-lo e enfraquecê-lo, em solapar sua base de massas. Quem quer que pretenda seguir este caminho — e a advertência não vale apenas para o coronel Nemo — estará fazendo o jogo criminoso do entreguismo e terá que sofrer as consequências de sua traição.

Repelemos assim a denúncia policial e ridícula do coronel Nemo sobre a infiltração comunista na campanha pró-

Lott. Na realidade não nos infiltramos, pelo simples motivo de que estamos dentro. Quando o grupo reacionário do governo e da cúpula do PSD sabotavam por todos os meios a candidatura do marechal, os comunistas foram para a rua, ombro a ombro com outras forças nacionalistas, a fim de sustentá-la. Enquanto alguns setores lottistas vacilavam, entregavam-se ao pessimismo e consideravam Jânio invencível, os comunistas trabalhavam para popularizar a candidatura Lott. Não o dizemos por jactância, mas para deixar claro que a nossa participação na campanha do marechal é franca e aberta, nada tem de sub-reptício e inconfessável, como insinua o coronel Nemo. Apoiamos Lott desassombadamente, sem manobras nem conchavos. O único compromisso que dele exigimos é o de manter-se fiel à causa do nacionalismo e da democracia. Resta dizer que os comunistas continuarão pugnando pela unidade das forças lottistas, pela unidade com todos, até mesmo com nacionalistas equivocados que porventura pensem como o coronel Nemo. Mas que venham para somar forças e não para dividi-las.

Fora De Rumo

RAIMUNDO NONATO

Estranha o «Jornal do Brasil» que NOVOS RUMOS divulgue, com entusiasmo, recente redução de efetivos do Exército soviético, considerando essa providência mais uma demonstração do desejo de paz dos dirigentes da URSS.

O «Jornal do Brasil» observa que o próprio Kruschiov considera que essa redução de efetivos não importa em diminuição do poderio militar soviético. Acontece, porém, que NOVOS RUMOS também não afirmou que a redução dos efetivos importaria em diminuição do poderio da URSS, em vista dos progressos alcançados pela União Soviética no campo das armas de longo raio de ação e de grande poder de destruição.

Segundo o órgão que se intitula o grande jornal conservador do País, reduzindo os efetivos de suas forças armadas, o governo soviético adotou apenas uma providência de caráter administrativo. Como jornal conservador que é, por que o órgão da Avenida Rio Branco não desenvolve uma campanha a fim de que as potências capitalistas também tomem semelhante providência «de caráter meramente administrativo»? Por que também o «Jornal do Brasil» não defende a aceitação, pelas potências capitalistas, da proposta soviética de proibição das armas nucleares?

Os jornais, em toda parte do mundo, têm missão educativa. Acontece, porém, que órgãos do tipo do matutino da Condessa Pereira Carneiro não conseguem analisar razoavelmente certos fatos da vida moderna, manifestando-se incapazes de compreender a política de paz dos países socialistas.

Essa incompreensão, porém, não é só dos jornais. Um órgão como o «O Globo», por exemplo, noticiou, no começo desta semana, a atividade de especialistas soviéticos em São Paulo, a serviço da construção de uma usina de xisto betuminoso no Vale do Paraíba. O jornal destaca a atuação desses técnicos e alude à possibilidade de êxito de seus trabalhos.

Vitoriosa a tarefa entregue no Vale do Paraíba aos especialistas vindos da URSS, passaram a produzir, além de xisto, ietiol, polietileno, polistireno, borraça sintética, enxofre e materiais necessários à fabricação de tijolos leves, cerâmica, cimento e fibras para tecidos. Teremos com isso uma economia diária de 20 a 25 milhões de cruzeiros em divisas... «Em menos que as autoridades brasileiras não criem embaraços» ao trabalho dos cientistas. A observação é do vespertino do sr. Roberto Marinho.

Violência Em Pernambuco

Uma grosseira violação das liberdades constitucionais acaba de ocorrer no Recife: a polícia política invadiu a sede de uma agência de livros, revistas e jornais, de propriedade do sr. José Sobreira da França, prendendo o seu responsável e confiscando vários exemplares das publicações de que o sr. Sobreira é o representante credenciado na capital pernambucana. Uma destas publicações é precisamente NOVOS RUMOS.

A violência foi praticada por uma turma de policiais a mando do delegado Fernando Tasso. O sr. José Sobreira, que além de ver piloteados os seus direitos sofreu prejuízos comerciais em face do atentado de que foi vítima, protestou e recorreu à Justiça.

A opinião pública de Recife, como é natural, condena energeticamente esta violação das liberdades constitucionais, especialmente por considerar que tais processos, tipicamente fascistas, não mais se repetiriam no Estado desde que assumiu o Governo o sr. Cid Sampaio, eleito com o apoio de amplas forças populares e à base de compromissos solenemente assumidos diante do povo de que, em sua administração, seriam rigorosamente respeitadas as franquias democráticas.

É natural, portanto, que a opinião democrática de Pernambuco, como de resto a de todo o país, espere que o sr. Cid Sampaio não só não admita que tais violências se reproduzam, mas tome também medidas concretas para punir os seus autores.

PTB: Lutar Pelas Reformas Exigidas ao Governo

Marcando, afinal, a sua Convenção para 17 de fevereiro, o Partido Trabalhista deu o passo que faltava para a definitiva oficialização da candidatura do marechal Teixeira Lott. Não há nenhuma dúvida de que isto será o resultado da Convenção petebista. Será, aliás, o próprio presidente do PTB, sr. João Goulart, que irá propor aos seus companheiros a homologação da candidatura Lott. Isto ficou reafirmado na última reunião da Executiva do partido.

Poder-se-ia especular com o fato de ter sido marcada a Convenção para dois dias após o afastamento de Lott do Ministério da Guerra, onde — assegurando a manutenção, no fundamental, do atual «dispositivo militar» — será mesmo substituído pelo marechal Odílio Denys. Não existe, porém, mais nenhum motivo sério para duvidar do resultado da reunião nacional do PTB. A decisão do apoio trabalhista a Lott é inarredável a esta altura.

VICE: PERSISTE A DÚVIDA

Se é certa a adesão trabalhista à candidatura Lott, o mesmo não se dá em relação ao problema da candidatura a vice-presidência. Em princípio, como é lógico, o lugar pertence ao PTB e, dentro dele, ao sr. João Goulart. Nesse sentido têm se manifestado numerosas parlamentares trabalhistas, além de vários diretores petebistas. Ainda esta semana, falando à imprensa gaúcha, o sr. Leonel Brizola insistiu em que a chapa deve ser Lott-Jango.

Contudo, a situação ainda não está clara. E é o próprio sr. João Goulart que revela vacilações em aceitar a indicação de seu nome. Vários motivos contribuem para esta atitude do presidente do PTB, sendo os mais ponderáveis o receio de ser «crismatizado» por diretores inteiros do PSD (Rio Grande, Estado do Rio, Piauí, etc.) e a possível candidatura do sr. Ademar de Barros que, caso venha a se confirmar, importaria uma inevitável dispersão do eleitorado que, não sendo Ademar candidato, votaria em Jango, sem nenhuma dúvida.

Esta situação é que vem estimulando a lembrança de outros nomes, ligados à área petebista, como o sr. Osvaldo Aranha, ou membros destacados do PTB, como o sr. Sérgio Magalhães. O fato é que não existe ainda bastante clareza quanto à questão da vice. Na direção do PTB o problema vem sendo aliado, parecendo que mesmo a Convenção nacional evitará um pronunciamento formal a respeito. Enquanto isto, porém, os setores mais combativos do PTB, como ficou revelado na recente nota oficial da bancada na Câmara dos Deputados, insistem em que seja lançada a candidatura de Jango, exigindo-se do PSD o compromisso de assegurar a votação maciça dos seus diretores em todo o país.

EXIGÊNCIAS PROGRAMÁTICAS

Surgindo como iniciativa de alguns dos melhores parlamentares do PTB, toma corpo o movimento em torno das reivindicações programáticas apresentadas ao governo e ao PSD. Estas exigências foram seis questões hoje fundamentais: regulamentação do direito de greve, reforma da previdência social, reclassificação do funcionalismo, medidas de

reforma agrária, nacionalização dos depósitos bancários e limitação da remessa de lucros das empresas estrangeiras. A justificativa destas exigências foi feita num documento da bancada federal do PTB, encaminhado ao sr. João Goulart para, como presidente do partido, defendê-lo junto ao governo e ao PSD. O marechal Henrique Lott, em palestra com deputados petebistas, manifestou apoio às mencionadas exigências, formalizando-o já, em certa medida, na recente entrevista concedida ao jornal «Última Hora».

Quando à reação do governo, o que se sabe é que das entrevistas havidas entre Jango e JK resultou o compromisso assumido pelo Catete de dar efetiva cobertura parlamentar a quatro daqueles pontos, não se comprometendo, entretanto, a fazer aprovar os projetos de reforma agrária e de limitação da remessa de lucros.

Os setores mais reacionários e entreguistas do governo, no entanto, resistem a qualquer compromisso. Localiza-se esta resistência sobretudo nos ministros Armando Falcão e Fernando Nóbrega, bem como em elementos como o coronel Humberto de Melo.

As exigências apresentadas pelo PTB contam com o apoio dos setores nacionalistas e democráticos de todos os partidos, particularmente dos parlamentares que integram a Frente Nacionalista, assim como do movimento operário e de todas as forças patrióticas e populares.

COMITÊS E COMÍCIOS PRÓ-LOTT

Amplia-se, a cada dia, o apoio popular à candidatura do Marechal Teixeira Lott. Isto se reflete sobretudo na criação de novos e novos comitês nacionalistas, em todos os Estados. Nesta capital, nos diferentes bairros e subúrbios, instala-se semanalmente numerosos comitês, que logo passam a realizar intenso trabalho de arrecimação e propaganda.

Na zona da Leopoldina, os 14 comitês pró-Lott e Jango já instalados e em funcionamento decidiram realizar sábado, dia 30, um comício monstro na Praça das Nações. Foram tomadas várias medidas, de organização e de propaganda, para assegurar o êxito deste grande ato público.

SÃO JOÃO DE MERITI. Neste município fluminense, instalou-se no dia 24 último, num grande comi-

SINDICATOS PREPARAM O DIA DA OMISSÃO

Num período de vinte dias, todos os organismos sindicais do Distrito Federal e Estado do Rio deverão realizar assembleias gerais, com a mais ampla propaganda nos locais de trabalho, a fim de discutir e difundir a realização do Dia de Protesto e Omissão. Esta foi a principal resolução tomada na reunião realizada no último dia 25, no Sindicato dos Têxteis, nesta Capital, e a qual compareceram representantes sindicais cariocas e fluminenses. A reunião foi dirigida pelo presidente do Conselho Regional Consultivo da CNTI.

Ainda em relação com o Dia de Protesto e Omissão, foram tomadas as seguintes deliberações: examinar, numa ampla reunião, a ser realizada no próximo dia 15, as opiniões e propostas manifestadas nas assembleias sindicais; solicitar a cada organismo sindical que envie, com a necessária antecedência, propostas e atas das reuniões à direção do Conselho Regional Consultivo da CNTI; a realização de visitas e concentrações no Senado Federal reivindicando a aprovação da Lei Orgânica da Previdência Social e a sua regulamentação e direito de greve; que também sejam convidadas a participar das reuniões sindicais as organizações estudantis e populares para debater o problema da carestia da vida.

DEFESA DA LIBERDADE SINDICAL. Durante a reunião, foi igualmente aprovada por unanimidade uma nota de protesto contra as perseguições de que têm sido vítimas ultimamente entidades operárias e que representam uma restrição ao livre exercício dos direitos sindicais e das liberdades democráticas. Por fim, os trabalhadores saudaram as recentes declarações do marechal Lott favoráveis ao amplo direito de greve e à Lei Orgânica da Previdência Social, enviando-lhe telegrama nesse sentido. Foram ainda aprovadas moções para a participação de todos os organismos sindicais na reunião nacional dos funcionários públicos em defesa do plano de classificação; de apoio aos mineiros de Crescência, ora em greve, e ao povo de Vitória, por sua luta contra a subsidiária da Boud and Share naquela capital.

Definição

(Conclusão da 1.ª pag.) se estiver de fato interessado na vitória eleitoral do marechal Lott, se coloque nesse terreno. Cabe, portanto, ao sr. Juscelino Kubitschek, aos dirigentes possedistas e à bancada majoritária no Parlamento adotar, com a urgência que se impõe, as medidas práticas indispensáveis a fim de que, ainda este ano, se transformem em leis e atos do Executivo as providências que lhes são reclamadas. Para isto não bastam as simples promessas ou um apoio formal. O Governo e o PSD dispõem de todos os elementos necessários à rápida concretização daquelas medidas. E nesse sentido não lhes faltará o apoio do povo. Mas o fato é que, mantendo-se a sua atual composição, o Governo não

Conferência De Prestes

No próximo dia 3 de fevereiro, Luiz Carlos Prestes pronunciará uma conferência sobre «A situação nacional e a sucessão presidencial» no cine Colorado, à av. Ministro Edgard Romero n. 302. A comissão patrocinadora da conferência, constituída pelos srs. Hermínio Ramos, José Martins, Simplício Alencar, Esdras Ferraz, Abelardo Corrêa, Manoel Barreira, Paulo Lopes, Otávio Guimarães e Antonio Cova está convidando os moradores de Madureira, Casadura, Vez Lobo, Vicente de Carvalho e Itrajá para assistirem à conferência.

Jânio Repudiado Pelos Estudantes

BELEM DO PARA — (Do Correspondente) — Universitários e secundaristas paraenses acabam de lançar ao povo de seu Estado vibrante manifesto, em que afirmam ser a candidatura do sr. Jânio Quadros à Presidência da República frontalmente oposta aos mais elementares desejos de bem-estar e progresso do povo amazônico e, em particular, do povo deste Estado.

Acusando Jânio de ser absolutamente indiferente ao atraso e à miséria da região amazônica, os estudantes declaram-se convencidos de que não será ele quem irá restabelecer e desenvolver as indústrias de bebidas, tecidos, açúcar e outras, arrebatadas ao Pará por magnatas que o apoiam. Outro problema abordado pelos estudantes refere-se ao restabelecimento do antigo monopólio estatal da borracha, restituindo à Região Amazônica 700 milhões de cruzeiros anuais, hoje canalizados para os cofres da Goodyear, Firestone, Pirelli e Dunlop, com o silêncio e a conivência do próprio sr. Jânio Quadros.

Os estudantes consideram que, ao declarar que «a Belém-Brasília servirá apenas para caminho de onças», Jânio insulta o povo brasileiro e deixa claro que nada pretende fazer pelo progresso da Região Amazônica. No que concerne aos seus problemas específicos, os estudantes afirmam não ter ilusões a respeito da política a ser seguida por Jânio, uma vez que um de seus mais autênticos porta-vozes, Carlos Lavarda, apresenta um substitutivo ao projeto de Diretrizes e

Bases que representa a liquidação completa das escolas públicas em todo o país. Finalizando suas observações sobre o candidato repudiado, o manifesto observa que «não será o sr. Jânio Quadros que libertará o Brasil do jugo dos trustes internacionais, se sua vida pública depende, em grande parte, dos Rockefeller e outros, de cuja amizade não faz segredo».

Os estudantes do Pará devem iniciar a uma intensa campanha de desmascaramento do candidato entreguista, denunciando ao eleitorado da Região Amazônica o perigo de se deixar tomar conta do poder por dos mais ativos representantes dos interesses imperialistas em nossa terra.

UM ROMANHO AMADO TCHÉCOV

Leandro Konder

Não é certamente nos compêndios de medicina que o nome de Anton Pavlovitch Tchécov — cujo centenário ora está sendo comemorado em todo o mundo, por iniciativa do Conselho Mundial da Paz — alcança sua maior glória. É bem possível até que tais compêndios nem o mencionem. Afinal, o referido Anton Pavlovitch não trouxe qualquer contribuição mais notável à ciência de que tratam; foi um doutorinho afável, de barbilha e maneiras delicadas e, se chegou a dirigir uma clínica rural, nem por isso se distinguiu de algumas centenas de profissionais, semelhantes e anônimos, da Rússia de fins do século passado.

Nessa época, aliás, a situação da Rússia era de intransigência — e com o assassinato do czar Alexandre II, em 1881, enegou a ser de terror. A polícia cometia as maiores arbitrariedades, prendendo, espancando, matando os incorformados e fechando ou pondo sob censura as publicações de tendências liberais. Nesse clima de miséria e insegurança é que o jovem Anton, filho de família pobre, começou a escrever historietas divertidas, na aparência inocentes, para revistinha insuspeitas aos olhos do policiamento czarista; e fê-lo sobretudo para ganhar algum dinheiro — coisa de que, na

ocasião, andavam ele e a família bastante necessitados.

Com tais historietas, Tchécov estava simplesmente criando um novo gênero de conto, que seria mais tarde o de Katherine Mansfield (sua discípula) e é hoje estudado pelos críticos maravilhados: o conto que encerra, na sua conclusão, a riqueza psicológica de um romance. (Tchécov e Maupassant são os dois autores que mais fortemente influenciaram os contistas modernos de todo o mundo, sendo que existe uma distinção de base entre a arte de ambos: Maupassant é mais simples no retrato dos personagens, mais linear na narrativa, que se desenvolve no sentido de um clima; Tchécov valoriza o nebuloso dos sentimentos, fixa estados de espírito mais complexos. São os dois maiores clássicos do conto.)

A princípio, não se percebeu, na Rússia czarista, a sociedade do trabalho de Anton Pavlovitch, a nenhuma «inocência» das suas historietas, nas quais o humorismo se desenvolvia, sutilmente, numa atmosfera de melancolia e, às vezes, de tragédia.

O hábito da objetividade, que Tchécov adquirira nos estudos de medicina (é ele mesmo quem o refere) refletia-se no seu trabalho de criação literária — in-



Anton Pavlovitch, de corpo inteiro, em foto tirada pouco anos antes de sua morte em 1901, na Alemanha.

clusivo no esforço com que buscava ser sucinto, chegando a dizer, já escritor consagrado: «a arte de es-

crever é a arte de abreviar».

Sua objetividade era de tal ordem que, conquanto se fixasse no plano psicológico, preocupando-se mais com ambientes interiores (comportamento dos personagens) do que exteriores, acabou por pintar um quadro completo da sociedade russa às vésperas da revolução. Embora fosse infenso à compreensão política dos problemas dessa sociedade, não deixou de retratá-los, e com tal realismo, com tal veracidade, que, através das paixões, idéias, preconceitos dos personagens, terminava comumente por figurar implicações de natureza filosófica e social. E era nesses momentos que o autor saía um pouco do seu estrito objetivismo e participava da trama, tomava posição.

Aliás, a objetividade de Tchécov não representa exclusão de seus pontos de vista: antes decorre deles. É a visão serena de um homem vivido, sofrido e, de certo modo, sem ilusões, mas que não perdeu a preocupação fundamental de ser JUSTO.

Quer nos contos, quer nas peças («As três irmãs», «O cerejão» e «O tio Vânia», — excelentemente traduzido por Anibal Machado — entre outras), Anton Pavlo-



Casa onde nasceu, a 29 de janeiro de 1860, o genial Anton Tchécov. Fica em Tanganrog, no sul da União Soviética, e está hoje transformada em museu.

NOTAS SOBRE LIVROS

ASTRÓJILDO PEREIRA

Misto de reportagem e crônica, misto sobretudo de inquietação e ternura, de alegria e compreensão, tal é o livro em que Eneida recolheu suas impressões de viagem nos países socialistas — Caminhos da Terra. É o tipo dos livros que a gente lê quase sem sentir que está lendo, gostando não só de tudo aquilo que a autora gostou de ver como também da maneira como nos vai contando o que viu.

Caminhos da Terra é livro para ser lido por qualquer espécie de leitor, adulto ou jovem. Para ser lido e meditado especialmente pelas mães e educadores, nos quais parece dirigir-se o testemunho final da escritora, em que ela resume, numa frase muito simples, a radiceira impressão que lhe deixaram os caminhos percorridos:

«Eu vi os países socialistas, principalmente crianças felizes, crianças saudáveis, crianças rindo. Isso, só isso, me bastaria para amá-los. E bendizer esta viagem».

Caminhos da Terra é livro que deve ser lido e meditado também, e muito humildemente, pelos escritores de bom-fé, que entretanto não querem acreditar na existência do mundo socialista com o seu prodigioso progresso material, espiritual e moral.

Sem dúvida, a viagem de Eneida aos países socialistas foi demasiado breve para lhe permitir uma visão aprofundada das causas e dos problemas criados pelo processo revolucionário em curso naqueles países. Mas a brevidade da visita não impediu que a cronista, com o seu faro de repórter, e as antenas da sua sensibilidade, visse e sentisse alguns aspectos daquilo que, de momento, novo e belo, nos realidades do mundo socialista em ascensão. Questão também de inteligência e honestidade, requisitos essenciais que não faltam nas páginas deste livro.

É pena que sua revisão deixe um tanto a desejar, disso resultando, por exemplo, a embrulhada de dados estatísticos sobre a população trabalhadora de Shanghai (pág. 120) e sobre a produção de

livros para crianças da Editora especializada existente na mesma cidade (página 133).

Alguns pequenos senões são incompreensíveis: Zurich transformada em capital da Suíça, a grafia «zars» à moda espanhola em vez de «czars» ou «czars», etc.

Mais incompreensível ainda é a quase indignação com que Eneida contestou certo jovem chinês, estudioso da nossa literatura, o qual lhe falara na existência, no Brasil, de uma literatura perversificada. Eneida acha isso «uma mentira enorme». Mas é verdade, Eneida. O chinêszinho terrazão. Há no Brasil uma literatura perversificada, nem podia deixar de haver — pela razão muito poderosa de que semelhante literatura é coisa própria do mundo capitalista em decadência, mundo próprio a todas as perversões, e o Brasil ainda faz parte desse mundo. E ou não é?

Outra coisa que nos causa estranhamento em Caminhos da Terra é o pouquíssimo espaço consagrado no livro ao Congresso de Escritores Soviéticos, menção a três páginas. Afinal de contas, Eneida foi à URSS precisamente como convidada do Congresso em representação da seção brasileira da UBE, e o que nos conta do que presenciou ali é absolutamente insuficiente. Que problemas foram debatidos no Congresso? Escreve Eneida que foram discutidos «problemas enormes: o da literatura infantil, o do romantismo e do realismo, as traduções». Mas qual o sentido geral dos debates? Quais as conclusões e que cheiram o Congresso? Eis o que acima de tudo nos interessaria saber ainda que sob a forma de simples crônicas ou reportagens, sem destaque de conjunto de livro. Gostaríamos, igual mente que Eneida nos dissesse até que ponto pôde o Congresso dar uma idéia do estado atual da literatura soviética e em decorrência discar quais as perspectivas de desenvolvimento do movimento literário nas diversas Repúblicas soviéticas.

Parece-me injustificável a omissão do livro neste particular.

Artistas brasileiros expõem na Argentina



Já chegaram a S. Luis, Argentina, os 45 trabalhos de pintores brasileiros que serão expostos no «Salón Oficial de Exposiciones de la Provincia de San Luis», sob o patrocínio da «Dirección Provincial de Cultura». Os artistas são os jovens paulistas Ana Alice Nabas, que enviou 14 desenhos a nanquim e uma monotipia, Marysja Portinari Greggio (14 óleos e uma monotipia) e Paolo Maranca (14 desenhos a nanquim e uma monotipia). Na foto, um flagrante de Marysja.

CRIMES

ENEIDA

Coisa que me irrita — entre muitas que o ceio — é esse sensacionalismo que domina os jornais quando se trata de um crime. Agora mesmo gostei de protestar — e violentamente — contra o que está acontecendo com uns meninos apontados como ladrões de automóveis. Não roubam para vender, mas para passear e depois jogam o carro em qualquer lugar, logo que a gasolina termine.

Naturalmente que é triste, muito triste, sabermos que há meninos de 12, 15, 20 anos, vivendo essas vidas de gangsteres, vítimas inconscientes da má educação na família, do cinema americano, das histórias em quadrinhos, das novelas de rádio e televisão. Nunca, como nesta época, viveu o mundo capitalista momentos tão sombrios para a juventude e a infância. Li numa revista o que foi em Londres a prisão de um grupo de jovens chamados os «desiludidos» da vida. Traduzo o título livremente se bem que não era outro o que eles usavam des-cabelados, sujos, bebendo entorpecentes, fazendo versos maus. Como pode um jovem ser desiludido da vida quando nem começou a viver? Está claro que deve-se ir às fontes e encontrá-las na miséria, na degradação da família e da sociedade, nas influências estranhas. Mas o que não posso nunca aceitar é que se faça como estamos fazendo agora aqui no Rio: os nomes dos garotos vêm para os jornais com todas as letras, seus re-

tratos aparecem em grandes clichês nas primeiras páginas, usa-se e abusa-se da dor das mães diante dessa realidade, apresentando aqui os prantos de uma, ali o desespero de outra.

Para quê? por quê? Serão esses meninos ainda tão meninos, impossíveis de recuperação? Não seria melhor chamar suas famílias, rejeitá-los, mostrar-lhes que o caminho escolhido está errado e urge seguir outro, e mais digno, o caminho do trabalho e do estudo? O que ganha a sociedade tornando esses pobres rapazinhos marginais apontados com o dedo, incapazes de recomeçar a vida ou melhor de começá-la em outros moldes?

Creio que, num país como o nosso, sem escolas suficientes, sem um contínuo e vigilante serviço de assistência aos menores, o governo devia criar condições para salvar esses meninos que poderão ser amanhã criminosos, mas que estão no momento vivendo apenas uma etapa, na qual as crianças são influenciáveis pelos mais perigosos agentes.

A imprensa em geral devia ter, como princípio, o combate ao sensacionalismo, principalmente quando se tratasse de criaturas nascendo para a vida. Pelo muito bem que quero às crianças e aos jovens odeio a maneira como a imprensa carioca coíabora na formação de criminosos não salvando-os, mas levando-os para o crime. Lamentável.

vitch não perdoa a burrice, a «grossura», a opressão e a insensibilidade. Não luta com as mesmas armas de seus grandes amigos Tolstoi ou Górkí; é mais suave, menos truculento, mais desencantado. Renunciou à tarefa de apontar um caminho para a redenção dos desafortunados, e fê-lo com profunda tristeza; não renunciou, porém, ao trabalho de pintar os seus contemporâneos, com o que as vidas destes tinham de mal disposto, falta de sentido, ridículo e doloroso.

No prefácio que escreveu para as «Histórias Imortais» (edição recente da Cultrix) do genial contista, Tatiana Belinky observa, com muita perspicácia, que, apesar de Tchécov não oferecer soluções, apresentando somente os problemas, fá-lo com tanto vigor que obriga o leitor a pensar nas soluções — conferindo ao escritor a condição de «revolucionário» não-intencional.

A sociedade doente que ele analisou com tanta finura tem sofrido, e está sofrendo ainda, sérias transformações de estrutura — e já não é a mesma. Aplicá-se-lhe, neste século, uma terapêutica que o médico Anton Pavlovitch Tchécov não chegou a descobrir, mas para cuja elaboração não pode deixar de ter contribuído o magistral diagnóstico da sua literatura.



Em companhia do velho Tolstoi, que, naquela época era um verdadeiro patriarca da literatura russa, vemos Tchécov e sua barbilha.

Origem do Magnetismo Terrestre

O acadêmico Piotr Kapitza valorizou altamente a hipótese hidrodinâmica da origem do magnetismo terrestre, proposta por Edward Bullard, professor da Universidade de Cambridge.

A hipótese de Bullard — declarou o físico soviético — é de grande interesse e abre novas perspectivas para o modo de tratar-se o problema do magnetismo terrestre. Em breve, afirmou Kapitza, poderemos comprová-la em outros planetas, pois o voo a eles é coisa de futuro próximo. Está o caminho mais

real, já que penetrar no interior da Terra para comprovar a hipótese é coisa impossível.

O acadêmico Kapitza acentuou que o hidrodinamismo magnético, em que se baseia a hipótese de Bullard, se estenderá dentro de pouco tempo a todos os ramos da Física.

O professor Bullard fundamentou sua nova hipótese num seminário realizado no Instituto de Problemas Físicos, que é dirigido pelo acadêmico Kapitza. Seu informe, que durou duas horas, foi recebido com grande in-

teresse pelos físicos da URSS. De sua animada discussão participaram destacados cientistas soviéticos, como Dev Landau, Igor Tamm e Piotr Kapitza.

O professor Bullard considera que a única fonte do campo magnético terrestre é o núcleo metálico líquido de nosso planeta, no qual, sob a ação da convecção de calor, há o deslocamento das massas. Na interdependência entre essas massas, as linhas de força e a superfície sólida da Terra tem lugar, segundo o cientista inglês, algo parecido com o que ocorre quando um dínamo elétrico trabalha. É um original gerador magnético de auto-indução, ou, mais propriamente, a combinação de grande número de geradores. Para que se faça sentir esse efeito, é suficiente, segundo Bullard, o movimento das massas no interior do núcleo à velocidade de até 1mm por segundo.

O professor Bullard é da opinião que sua hipótese pode contribuir para o estudo dos campos magnéticos do Sol e das estrelas. Atualmente, pressupõe-se a existência de tais campos.

AOS LEITORES

Neste número não contamos com a colaboração de Benetriz Bandeira, nossa comunista de teatro, em virtude de estar ela ausente do Distrito Federal e não haver podido enviar sua crônica em tempo útil.

A Rádio Central De Moscou Aos Seus Ouvintes Do Brasil

DIARIAMENTE, a Rádio Central de Moscou transmite em língua portuguesa, para o Brasil, das 19 às 21 horas — hora do Rio de Janeiro — no comprimento de onda de 25 metros nas frequências de:

- 11,87 » »
- 11,92 » »
- no comprimento de onda de 31 metros nas frequências de:
 - 9,47 megaciclos
 - 9,78 » »
 - 9,8 » »
 - 11,75 megaciclos
 - 11,79 » »
- e no comprimento de onda de 41 metros nas frequências de:
 - 7,215 megaciclos e
 - 7,37 » »

Operários das pedreiras têm a vida por um fio

VÃO BUSCAR O PÃO DE CADA DIA NAS GARRAS DA PRÓPRIA MORTE

(Reportagem de NILSON AZEVEDO, fotos de EDSON)

Milhares de trabalhadores em pedreiras continuam vivendo à margem das leis sociais e trabalhistas, arriscando a vida diariamente, indo buscar o pão do seu sustento nas garras da própria morte, que se esconde traço a traço nos recôncavos e simulações das grandes rochas que se elevam do solo ca- rpoça.

Essas criaturas vivem como autênticas lagartixas humanas, zombando da lei da gravidade, subindo e descendo as rochas íngremes, desafiando a morte a cada momento, lutando, dinamitando e fragmentando as pedras que vão construir os alicerces de todas as obras de construção civil do Distrito Federal.

Extração de pedras, nessa época de grandes realizações imobiliárias, de pavimentação de longas estradas, é indústria que dá dinheiro. Dezenas de aventureiros lançam-se a ela, arrendando vastas áreas rochosas e passando a explorá-las ilegalmente, com a complacência da Prefeitura e dos fiscais do Ministério do Trabalho. O Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Extração de Pedras denunciava, há poucos meses, a existência de 30 pedreiras funcionando ilegalmente nesta Capital, ocupando a mão-de-obra de mais de dois mil trabalhadores.

INQUÉRITO

Os protestos dos operários e do seu órgão de classe acabaram levando as autoridades a agir. O renomado engenheiro fremat de Liguero, por determinação do Ministério da Guerra, procede a sindicâncias destinadas a colher elementos para a abertura de um inquérito contra a exploração ilegal de pedreiras nesta cidade. Esses elementos, por certo, não lhe faltarão. O próprio titular da Pasta do Trabalho, ministro Fernando Nonato, esteve na pedreira Barão da Ilapague, onde constatou a presença de 23 operários trabalhando em condições ilegais. Esses fatos assumem maior gravidade quando se sabe que o trabalho de extração de pe-

dras é de alta periculosidade. Nesse mister os acidentes ocorrem com frequência, e o operário, desprotegido pelas leis sociais e trabalhistas é lançado ao completo abandono, aumentando a legião de mendigos que se acovela pelas ruas da Capital.

Existem na Capital da República 132 pedreiras em exploração. Destas, 60 são mecanizadas, dando uma produção média diária de 8 mil metros cúbicos de pedra britada. As outras 72 são as chamadas pedreiras manuais onde os homens trabalham a matéria-prima e modelam os paralelepípedos, incio-fios, lajotas, blocos, etc. Nestas é que se localiza a maior exploração de trabalhadores.

O DINAMITADOR

Cerca de 10 mil homens trabalham nas pedreiras do Distrito Federal. Dentre eles destaca-se o blaster, conhecido como o dinamiteiro. Nas mãos desse homem, que recebe um salário miserável de 8 mil cruzeiros mensais, está a sorte dos trabalhadores e vizinhos de uma pedreira. É ele o blaster, quem calcula a carga de explosivo a ser utilizada e os pontos a serem minados. O dinamiteiro é, geralmente, um trabalhador rude, sem instrução teórica de geologia, física ou química. Mas ninguém como ele conhece a anatomia da pedra, os seus pontos fracos, os seus segredos e as suas manhas. O dinamiteiro é homem de vida curta. O seu trabalho exige um esforço sobre-humano de seu cérebro inteligente e de seus braços musculosos. O seu coração, aos 40 anos, já não vale mais nada. O blaster, conhecido-se de seus próprios músculos, arrasta-se diariamente a grandes alturas, subindo pelos cabos por ele mesmo ligados até o cume das rochas íngremes. Com ele vai o cavouqueiro, seu ajudante, carregando às costas as ferramentas, que chegam a pesar até 60 quilos. O cavouqueiro é um outro sacrificado. O seu salário, hoje, é de 7 mil cruzeiros mensais. A morte ronda esses ho-

mens que, em sua maioria, não dispõem nem de um cento de segurança para livrar-se das quedas fatais. Em 1958, 12 operários perderam a vida estupidamente. Em 1959, graças à campanha do Sindicato dos Trabalhadores, dirigido pelo líder Sôstenes Freire de Barros, o número de acidentes fatais baixou para 8.

QUANDO NÃO MATA, ALEIJA

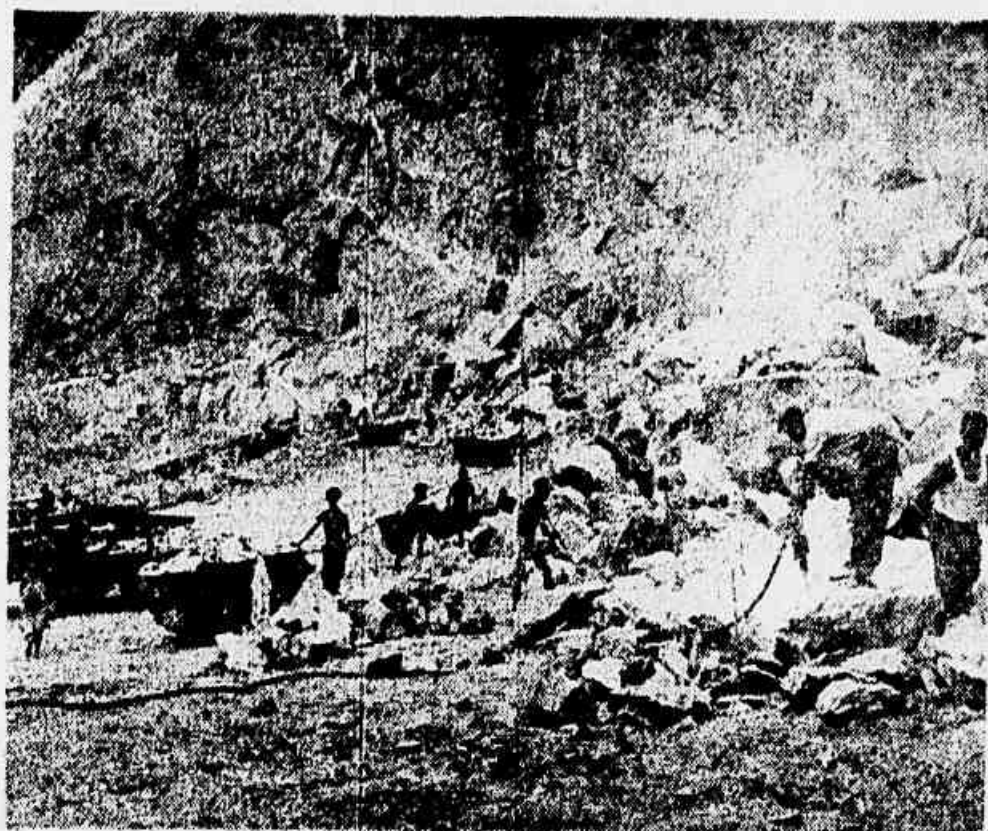
Entretanto, os acidentes que não matam mas aleijam, esses são quase que diários. Os fragmentos de pedra já estropearam milhares de operários, varzaram-lhes o olho, quebraram-lhes a perna ou esmagaram-lhes o peito. Tanto é o número dos acidentes, que as companhias de seguro fogem da indústria de extração de pedras como o diabo foge da cruz. O objetivo dessas companhias particulares de seguro são as grandes e imediatas somas de lucro, e nunca o amparo do trabalhador. Os trabalhadores em pedreiras são aqueles que mais sentem a necessidade do monopólio estatal no seguro de acidentes do trabalho.

A grande maioria dos trabalhadores em pedreiras, embora enfrentando perigos constantes, tendo a sua vida ameaçada a cada momento, ganha o salário mínimo regional. O que é mais grave, porém, é que mais de dois mil operários desse ramo industrial permanecem trabalhando ilegalmente, sem ter as suas carteiras assinadas, sem desconfiar para o IAPL. Desse modo, não dispõem de nenhuma garantia. Os patrões despedem-nos quando queiram, nunca lhes pagam férias e nem indenização. Se é acidentado, e fica impossibilitado de trabalhar, não tem o Seguro nem o Instituto para o socorro. Se morre, a sua família fica lançada a miséria.

AS REIVINDICAÇÕES

O Sindicato dos Trabalhadores em Pedreiras, com sua sede plantada no pa-

puloso bairro de Casemiro, vem tendo a sua atividade dedicada quase que exclusivamente à legalização dos empregados na indústria extrativa de pedras e a sua proteção contra os acidentes de trabalho. Nesse sentido, já foram realizados vários estudos pela diretoria da entidade e encaminhadas inúmeras sugestões às autoridades competentes, entre as quais destacamos as seguintes: 1) planejar um regulamento de técnica profissional para os serviços de extração de pedras; 2) proibir o funcionamento das indústrias extrativas sem os correspondentes documentos legais; 3) tornar obrigatório de redes especiais contra estilhaços provenientes das minas de pedras; 4) dar preparo técnico profissional ao blaster e ao cavouqueiro, com aulas e estágios, ministrando-lhes ensinamentos sobre instalações elétricas de campo, e material explosivo apli-



Submetidos a um miserável salário de seis mil cruzeiros mensais, esses homens arriscam a vida diariamente, dinamitando e fragmentando as pedras que vão edificar os alicerces de todas as obras de construção civil que se erguem no Distrito Federal.

cável na pedreira de acordo com a natureza da rocha, mármore, granito, ou outra variedade de pedra a ser explorada; 5) submeter o blaster e o cavouqueiro a exame médico (tenção sistema nervoso, etc.) de três em três meses.

Sôstenes Freire de Barros, presidente do Sindicato

dos Trabalhadores em Pedreiras, esteve em contato com líderes de operários das indústrias extrativas de todo o país, por ocasião da II Conferência Sindical Nacional. Nessa oportunidade, foram estabelecidos os primeiros entendimentos para a realiza-

ção do I Congresso Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias Extrativas, que deverá se realizar ainda este ano, para estudar e formular o programa geral de reivindicações dos operários desse importante setor industrial, cujos trabalhadores são vítimas da pior exploração.

Encontro foi festa de unidade

Jovens Metalúrgicos Elegem Rainha e Apóiam Nacionalismo

(Reportagem de ZULEIKA ALAMBERT)

Original desfile de modas e sessão solene encerraram na tarde de domingo último, no Palácio dos Metalúrgicos, o 1º encontro intermunicipal de jovens metalúrgicos. O encontro contou com a participação de 560 delegados eleitos por 23 empresas, e durou uma semana, aprovou em sua última reunião, resoluções de grande interesse para a juventude que trabalha nas indústrias metalúrgicas e de material elétrico na capital e do Estado Guanabara.

DESFILE DE MODAS

Um dos aspectos mais interessantes do 1º Encontro

dos jovens metalúrgicos foi a realização de um desfile de modas.

Belas, desembaraçadas e trazendo modelos criados por elas próprias, 15 operárias desfilaram por uma passarela em forma de V, construída e ornamentada pelos próprios trabalhadores. Integraram a comissão julgadora do concurso para eleger a operária portadora do vestido mais bonito e esportiva Enelda, Edna Queiroz, candidata a missa Distrito Federal, e a jornalista Elza Soares Ribeiro.

RESOLUÇÕES APROVADAS

Na sessão solene de encerramento do Encontro fo-

ram aprovadas importantes resoluções, moções e mensagens em que se destacam um programa de reivindicações, saudação às revoluções da China, E.E. Cuba e Argélia, e protesto pelo assassinato do líder sindical de Volta Redonda, Rubem Machado.

Por solicitação da Fábrica da Galeão foi aprovada uma mensagem a J.K. solicitando a criação da indústria aeronáutica.

A sessão foi encerrada com os hinos do Metalúrgico e Nacional, cantado, pelos presentes.

O DESFILE DA ABERTURA

Os trabalhadores da Ferro Maleável (Conselho 22) congratularam-se com os demais metalúrgicos nesta data histórica para nossa corporação e para toda a classe operária. Esta era a inauguração da enorme laje que viria a frente do desfile com que os jovens metalúrgicos iniciaram o seu primeiro encontro a 16 do corrente. Junto à laje, de tons dadas, marchando trazendo calças verdes e blusas amarelas traziam no peito letras que lembravam a palavra BRASIL. A rainha da mocidade metalúrgica, senhorita Glória Lorenza, em traje de gala, e crianças em vistosas fantasias completavam a cabeça do desfile. A seguir vinham as equipes de basquete, futebol e vôlei de diversas fábricas, encerrando o desfile com o hino nacional e carregando suas bandeiras e cartazes. Uma banda de música encerrava o desfile.

Grande massa popular sacou com fogos a chegada das empresas a porta do Sindicato.

CACSTRO ALVES O PATRONO

Atendendo a uma sugestão da Ferro Maleável a Comissão Organizadora da festa, transformada por clamoroso em Comissão Executiva do 1º Encontro, apresentou a um plenário o plano de realização do encontro e entusiasmo o nome do patrono da realização: Castro Alves, cujo retrato, pintado em enorme painel, ocupava todo o fundo do salão ao longo da desfilada de modas, vestis e que o poeta definiu a sua poesia... resposta para o povo... para os braços lugubres do poeta.

A MESA

Com a presença de numerosas fábricas entre as quais destacamos a Ferro Maleável, Eletromat, Eletromat, Induco, General Elétric, etc., os trabalho-

eram abertos solenemente pelo presidente da Comissão Organizadora, o jovem sindicalista Alberto Almeida de Sampaio que convidou para compor a mesa, além dos integrantes da querida comissão as seguintes pessoas: benedito de Aguiar, presidente do Sindicato; Manoel Conrado, presidente da U.E.; Luciano Ayres de Castro, presidente da Federação dos Metalúrgicos do Estado do Rio; José de Abreu, delegado do Sindicato das Indústrias de S. Paulo; Glória Lorenza, rainha dos jovens metalúrgicos, representantes da imprensa etc.

UNIDADE OPERÁRIO-ESTUDANTIL

Nos estudantes, somos gratos aos jovens operários pela contribuição que dão com seu trabalho e esforço para a produção da riqueza nacional. Assim o presidente da UNE, Manoel Conrado, iniciou o seu discurso de saudação e apoio ao Encontro.

Fleis ao seu programa de reforçar incessantemente a unidade operário-estudantil, os estudantes do D. Federal deram todo o apoio à iniciativa dos jovens metalúrgicos comparecendo ao ato de abertura com uma expressiva delegação.

Outros oradores também discursaram, entre eles o que leu o relatório da Comissão Organizadora do Encontro. Foi Bida, também, a mensagem de apoio enviada pela CNT.

FURADEIRA HUNGARA

No decorrer da sessão, Nabilho Rodrigues, vice-presidente da Comissão Organizadora e delegado dos metalúrgicos ao VII Festival Mundial da Juventude, entregou ao presidente do Departamento Recreativo do Sindicato a miniatura de uma furadeira fabricada pelos jovens metalúrgicos húngaros e enviada como símbolo de amizade aos jovens metalúrgicos do Brasil.

PROGRAMA FESTIVO

O 1º Encontro da Juventude Metalúrgica durou cerca de 8 dias, durante os quais foi desenvolvido extenso programa, que incluiu jogos de salão, competições esportivas, sessões de teatro e cinema e a realização de um piquenique de 1.000 pessoas na praia de Muriqui, onde foi realizada a primeira sessão plenária subordinada ao tema A educação e o jovem trabalhador. 23 clubes participaram do torneio de futebol.

Fortaleza e Pôrto Alegre

OPERÁRIOS LUTAM PARA IMPEDIR GOVERNO DE FECHAR SINDICATOS

(Reportagem de ARMANDO FRUCTUOSO)

Em Fortaleza e Pôrto Alegre, os trabalhadores das empresas estrangeiras cujos serviços passaram a ser explorados por organismos públicos (Bond and Share em Pôrto Alegre e Tramway Light and Power Co. no Ceará), realizam vigorosa luta para garantir a sobrevivência das suas entidades de classe, ameaçadas de dissolução em virtude da nova situação criada.

Na capital gaúcha o Sindicato dos Trabalhadores em Energia Termoelétrica e de Produção de Gás, após iniciada a campanha salarial em 1959, foi objeto de medida coercitiva de parte da Comissão Estadual de Energia Elétrica, que pretendeu considerar inexistente a entidade, já que os serviços se transformaram em Autarquia, condição essencial para impedir os trabalhadores de se sindicalizarem.

Falando à reportagem de Jorge Campezatto, presidente do Sindicato, relatou os acontecimentos.

Quando foi conhecida a decisão da Comissão disse — os trabalhadores reuniram-se em assembleia na sede do Sindicato e repudiaram o ato. Por unanimidade aprovaram a declaração da greve no caso de a questão não ser reconsiderada.

A disposição de luta dos trabalhadores — prosseguiu — levou a que o próprio governador Brizola intervisse, nomeando uma comissão técnica para dar parecer jurídico a respeito, baixando inclusive uma resolução através da qual declarava reco-

nter o Sindicato até ter em mãos o pronunciamento da comissão por ele nomeada.

A intervenção do governador gaúcho possibilitou ao Sindicato prosseguir na campanha e levá-la até a vitória final (aumento de 25% a partir de 1 de dezembro de 1959 e pagamento de abono de Natal correspondente a 15 dias de salário).

DEFESA DO SINDICATO

Visando, apesar da decisão do sr. Leonel Bizola, assegurar definitivamente o direito dos trabalhadores em energia elétrica de Pôrto Alegre, de manterem a sua entidade, a diretoria do Sindicato, juntamente com o deputado Floriceno Paisão (PTB), elaborou um projeto de defesa da entidade, que foi apresentado na Câmara

Federal pela referida parlamentar.

DUALIDADE NO CEARÁ

Os trabalhadores da companhia que explora os serviços de eletricidade de Fortaleza vivem desde 1954 o mesmo drama. Após a liquidação da Ceará Light e a municipalização dos serviços, as autoridades tomaram uma série de medidas discriminatórias visando a impedir o livre exercício do direito sindical por parte dos trabalhadores. O desenvolvimento da luta levou, entretanto, a que fosse obtida uma vitória parcial: os antigos trabalhadores conseguiram manter-se enquadrados dentro do que dispõe a Consolidação das Leis do Trabalho, o mesmo não acontecendo com aqueles que foram admitidos a partir de novembro de 1954,



Parte do plenário e a mesa que presidiu os trabalhos de instalação do 1º Encontro dos Jovens Metalúrgicos.

considerados funcionários autônticos municipais e senozar dos direitos assegurados pela C.L.T.

Um novo problema surge agora, segunda declararam a NE os srs. Eliseu Castelo Branco e Sebastião Correia Siqueira, diretores do Sindicato, com a decisão do Presidente da capital cearense de transformar a empresa em sociedade de capital misto.

A Companhia Hidrelétrica do São Francisco, que deverá ser acionista da nova empresa a ser constituída, exige que uma parte dos trabalhadores seja inscrita nos

quadros do Funcionalismo Federal, outra nos quadros do funcionalismo municipal, e mais, advogando a demissão dos novos empregados e reivindicando para si o direito de admitir novos trabalhadores.

O Sindicato, que é pela transformação da empresa em sociedade mista, entende que essa nova ameaça aos direitos dos trabalhadores, procurando unificá-los, sindicalizados ou não, com o objetivo de lutar pela enquadramento de todos nas disposições da C.L.T., inclusive o direito de sindicalização.

Camponeses Sairão se Forem Indenizados

RECIFE (Da Correspondente) — Dezenas de famílias e duas famílias que trabalham nas terras da fazenda Lima, município de Quipapá, neste Estado, já receberam notificação judicial para abandonar a gleba onde vêm trabalhando há muitos anos. O prazo para a saída expira em fevereiro, sob pena de despejo judicial. A comunicação foi feita pelo proprietário da fazenda, sr. Salvador Viachioche, que anunciou a venda da propriedade à Usina Água Branca, para a plantação de cana-de-açúcar.

Nenhum dos foreiros tem menos de dois anos na fazenda e alguns, como o sr. João Marcelino Ferreira, que lá chegou em 1932, contando hoje com 97 anos de idade, têm quase trinta anos na terra.

Em 1956, quando as terras da gleba cobriam toda a fazenda, ninguém quis comprá-la; vieram os foreiros,

arrendando a gleba à razão de 200 e 300 cruzeiros e, hoje, os lotes das glebas foram arrendados para 1.500 a 3.500.

O juiz da comarca é o dr. Antônio Correia, acusado de haver guiado as terras de uma vovó. O proprietário no município, onde exerce a profissão, contrariando, deste modo, a lei. Colocou-se ao lado do proprietário, antes mesmo de qualquer ensaio de defesa dos arrendatários. Quanto a estes últimos, não se recusam a abandonar a terra, desde que seus direitos sejam respeitados, suas casas e benfeitorias indenizadas justamente. A estimativa das avaliações monta a 500 mil cruzeiros.

O advogado dos trabalhadores é o dr. Djaci Magalhães, que tem patrocinado diversas causas dos camponeses neste Estado.

Os Comunistas Brasileiros, a Zona de Livre Comércio e o Mercado Comum Latino-Americano

Delegações de sete países sul-americanos — Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Paraguai, Peru e Uruguai — devem reunir-se em fevereiro próximo, na cidade de Montevideo, para deliberar sobre um projeto de Tratado de Zona de Livre Comércio. Tem este Tratado por finalidade específica o estabelecimento de normas para a eliminação gradual, num prazo de doze anos, dos gravames e outras restrições para o essencial do intercâmbio comercial entre os referidos países.

O incentivo ao estreitamento das relações econômicas entre o Brasil e as nações latino-americanas é tarefa de alta importância, diante da qual não são indiferentes os comunistas e, em geral, todas as forças políticas que defendem os genuínos interesses nacionais. Daí a necessidade de examinarem com a devida atenção o projeto de Tratado que se pretende aprovar em Montevideo. Esta necessidade avulta porque, no caso, não se tem em vista um instrumento comum para a troca internacional de mercadorias mas uma iniciativa que explicitamente transcende os limites da simples intercâmbio comercial e se apresenta como primeiro passo de um processo de integração econômica, que culminaria na criação do projetado Mercado Comum Latino-Americano.

Empenham-se os povos da América Latina na luta vital por sua emancipação, enfrentando todos os pesados inimigos agressivos e poderosos, ou seja, o imperialismo norte-americano. Esta luta sobe de nível nos últimos anos e graças a ela sofreram os monopólios norteamericanos derrotas em nosso continente. Beneficiando-se de uma situação internacional favorável, que se caracteriza pelo fortalecimento impetuoso do campo socialista, pelo ascenso do movimento de libertação nacional das povos coloniais e dependentes, pelo agravamento das contradições do mundo capitalista e pela tendência à reatuação da "guerra fria", os povos da América Latina intensificam sua luta.

Uma luta a emancipação e retomam os laços de cooperação e amizade, que devem ser permanentemente. É este o verdadeiro caminho para conquistar um desenvolvimento independente e progressista, para eliminar a exploração dos monopólios imperialistas, superar o atraso e assegurar a elevação das condições de vida material e cultural dos nossos povos. A questão da Zona de Livre Comércio e do Mercado Comum não pode deixar de ser focalizada, portanto, sob o ponto de vista de luta pela emancipação nacional e pelo desenvolvimento econômico independente e progressista dos povos da América Latina.

O intercâmbio mercantil entre os sete países, cujos governos se encontram para constituir uma Zona de Livre Comércio, tem representado, depois de 1948, apenas cerca de 1%, em média, do seu comércio exterior total e, além disso, nos anos mais recentes, vem registrando tendência para o declínio percentual e absoluto. Fato semelhante se verifica também com relação ao conjunto do comércio inter-regional latino-americano.

Não é porém, somente este setor do comércio exterior da América Latina que se encontra em dificuldade. O comércio exterior total da América Latina tem se desenvolvido em proporções muito inferiores às de outras regiões do mundo, particularmente os Estados Unidos e a Europa. No que se refere ao Brasil, o seu intercâmbio exterior, a partir de 1950, encontra-se entre altos e baixos praticamente estagnado, com uma evidente tendência à contração.

A causa principal desta situação reside na própria estrutura do comércio exterior do nosso país e, em geral, dos países da América Latina, cujas exportações são constituídas quase somente de uns poucos produtos primários, monopolizados por uns poucos mercados, em primeiro lugar o norte-americano, que lupdem, como regra, um regime de trocas não equivalentes, em prejuízo da América Latina.

Considerável influência negativa sobre diversos países do continente tem tido a concorrência dos Estados Unidos, com a sua política de dumping e de acordos especiais para venda de excedentes agrícolas. Tal política se reflete, por exemplo, no retrocesso das exportações do algodão brasileiro e do trigo argentino, constituindo um dos mais sérios obstáculos à expansão do comércio inter-regional latino-americano, em particular do intercâmbio brasileiro-argentino.

Em tempo em que o mundo vive estes aspectos essenciais da questão, os peritos do Hamarati, no Livro Branco dedicado ao assunto, apontam enfaticamente no método dos acordos bilaterais uma das causas mais importantes da estagnação do comércio exterior do Brasil e os seus efeitos negativos do sul do continente. Consideram necessário o abandono deste método e a sua substituição pelo multilateralismo, que se concretizaria na Zona de Livre Comércio. Justificam ainda a criação da zona pela exigência de subordinação às regras do GATT (Acordo Geral de Comércio e Tarifas), do qual o nosso país e um dos poucos membros latino-americanos.

As principais razões para a aplicação prática, algumas inevitáveis em regime capitalista, os acordos bilaterais constituíram um dos aspectos mais positivos da política brasileira de comércio exterior, permitindo certa disciplina do gasto de divisas em benefício da industrialização e garantindo diversos mercados para nossos produtos exportáveis. É significativo, aliás, que em matéria de redução de tarifas aduaneiras e outras gravames à importação, o Brasil e os demais países do sul do continente já alcançaram, atualmente empregando o método dos acordos bilaterais, não menos de 50% do objetivo final pretendido com a criação da Zona de Livre Comércio, com os sérios inconvenientes que esta envolve, dentro das possibilidades de

seu projeto. A proposta negligência com os acordos bilaterais, nos últimos anos, bem como a crescente eliminação do comércio estatal na esfera do câmbio, no inspiração de uma política preconizada pelo Fundo Monetário Internacional, têm trazido manifestos prejuízos aos interesses do nosso país.

É óbvio, igualmente, que a criação da Zona de Livre Comércio não se justifica pela mera necessidade de cumprimento de exigências formais do GATT, organismo em que dominam largamente os interesses dos Estados Unidos e de outras potências imperialistas. Não seria o caso do nosso país ceder a tais exigências, quando nenhuma vantagem real lhe trouxe até agora a permanência nos quadros do GATT.

América Latina (CEPAL), a criação da Zona de Livre Comércio não se apresenta, nas condições atuais, como imperativo inevitável. O intercâmbio entre o Brasil e outros países da América do Sul encontra ampla margem para se desenvolver nos quadros de uma política de acordos bilaterais, não só a curto como a longo prazo, sob a condição, está claro, de que não se renove como tem feito o governo brasileiro, a aquisição de excedentes agrícolas dos Estados Unidos, uma vez que isto reduz, de maneira sensível, as possibilidades de intercâmbio com países vizinhos. Tal política de acordos bilaterais pode ser, sem dúvida, acompanhada de certos acordos multilaterais, se rigorosamente especificados e limitados, sem os propósitos de generalidade e sem as cláusulas nocivas contidas no projeto de Tratado de Zona de Livre Comércio.

termômetro deste ou daquele governo do sul do continente.

A aprovação do Tratado de Zona de Livre Comércio constituirá, por conseguinte,

grave atentado aos interesses nacionais do novo brasileiro e dos povos irmãos, cujos governos se farão responsáveis na próxima Conferência de Montevideo.

desenvolvimento independente e realista a uma condição marginal. Para obter resultados práticos desta orientação, o imperialismo norte-americano acena com vantagens no setor de exportação — latifundiários e grandes comerciantes — e a certos círculos da burguesia industrial de nosso país, embora tal orientação não possa deixar de trazer sérios prejuízos à burguesia industrial em seu conjunto.

3 O projeto de Tratado de Zona de Livre Comércio estivesse flagrantemente das características de um simples instrumento comercial, envolvendo claros compromissos de determinação política de investimentos estrangeiros e de integração econômica adequada aos interesses dessas investidas.

Tais compromissos estão patentes, sobretudo, nos Artigos 13 e 14 do projeto, que reproduzimos a seguir:

Art. 13 — A fim de assegurar condições equitativas de concorrência entre as partes contratantes e facilitar a crescente integração e complementação de suas economias, especialmente no campo da produção industrial, as partes contratantes estudarão a forma de harmonizar — no sentido dos objetivos de liberação do presente tratado — seus regimes de exportação e importação, assim como os tratamentos aplicáveis aos capitais, bens e serviços procedentes de fora da Zona.

Art. 14 — Com o objetivo de acelerar o processo de integração a que se refere o Art. 12, as partes contratantes poderão negociar entre si acordos de complementação por setores industriais, nos quais o regime de liberação do intercâmbio seja adaptado às peculiaridades de cada setor da produção.

4 O Tratado de Zona de Livre Comércio se vincula, como declara o seu preâmbulo, ao estabelecimento, de forma gradual e progressiva, do Mercado Comum Latino-Americano.

Sabido que a CEPAL vem trabalhando desde há alguns anos nos projetos preparatórios do Mercado Comum, inspirando-se, em certa medida, no exemplo da Europa Ocidental.

Os projetos da CEPAL, refletem sem dúvida, a aspiração da burguesia de diversos países da América Latina a encontrar formas de associação e condições mais propícias para o desenvolvimento econômico. Ao mesmo tempo, os projetos da CEPAL expressam a tendência conciliadora, que existe na burguesia de países dependentes. Esta tendência se traduz na tentativa de contornar a necessidade da luta ant imperialista pela emancipação nacional através de planos mais ou menos utópicos de integração, em que setores burgueses dos países de maior potencial esperam tirar vantagens à custa dos mais atrasados. A tendência conciliadora também se manifesta na fuga à tarefa da reforma agrária, embora a sua realização possa criar nos países latino-americanos, sobretudo nos mais populosos, mercados internos de maior importância do que aqueles que viria a oferecer um fictício Mercado Comum. Daí a falsa tese que inspira os documentos da CEPAL a respeito da criação do Mercado Comum, apresentado como imperativo fundamental, como único caminho possível para o crescimento da economia da América Latina.

5 Consideram os comunistas brasileiros que é necessário denunciar os planos dos monopólios estrangeiros e lutar para impedir sua consumação. Sem a emancipação nacional, a projetada integração não tem sentido para os nossos povos, pois beneficiaria acima de tudo ao grande capital dos Estados Unidos. Combatendo projetos como o de Tratado de Zona de Livre Comércio, propugnam os comunistas formas de cooperação entre os povos latino-americanos que os fortaleçam efetivamente para a luta pela emancipação nacional contra o seu inimigo comum — o imperialismo norte-americano.

Desde junho do ano passado, encontra-se constituído o Mercado Comum que abrange cinco países da América Central. Apesar disso agora sete países da América do Sul para formar uma Zona de Livre Comércio, que deverá preparar o ulterior estabelecimento, de um Mercado Comum. A tudo isto dá seu estímulo moral e prático autorizados porta-vozes do impecabilismo norte-americano. Trata-se, pois, de questão já situada no terreno concreto e que deve ser enfrentada concretamente.

6 Mais de um terço das investidas diretas do capital privado dos Estados Unidos no exterior encontra-se aplicado na América Latina. Se uma parte destas investidas está vinculada ao fim de realização, do mercado internacional, principalmente e norte-americano, outra parte, já considerável e em aumento constante, diz respeito a uma produção destinada ao mercado local. Este é o caso, no Brasil, das empresas norte-americanas de automóveis, pneumáticos, produtos farmacêuticos, artigos eletrônicos, etc. O aumento da rentabilidade e a expansão de tais investidas se acham condicionadas à ampliação do mercado na própria América Latina, a formação de mercados autônomos de blocos de nações se torna, assim, desejável para os monopólios dos Estados Unidos, que mais fa-

7 A aprovação do Tratado imporá ao Brasil, inevitavelmente, o compromisso não só de manter os graves aspectos entreguistas da legislação sobre capital estrangeiro ora vigente no país como de simplificar os seus aspectos nacionalistas e tornar a mesma mais liberal, e, portanto, mais entreguista. Tal perspectiva teria as plenas consequências em qualquer setor da economia, mas sobretudo a especialização econômica e focalizamos a questão do petróleo. Uma vez que na Argentina, na Bolívia e no Peru, a legislação abria a exploração petrolífera às aplicações de capital estrangeiro, permitindo que ali atuassem notórios trustes internacionais, deveria o governo brasileiro harmonizar a essas condições o seu próprio regime de exploração do petróleo ou, para usas o eufemismo diplomático, estudar a forma de fazê-lo, subordinando-se aos aludidos objetivos de liberação do Tratado. É fácil compreender que orientação desta ordem conduziria, em última instância, ao debilitamento, na prática, à extinção do monopólio estatal do petróleo, cuja lei foi conquistada pelo povo brasileiro depois de memoráveis campanhas de massas.

8 A situação igualmente que é o capital norte-americano o principal interessado nos acordos de complementação por setores industriais, e que se refere o citado Artigo 14. Os monopólios norte-americanos possuem nos sete países a serem vinculados pela Zona de Livre Comércio, investidas diretas que totalizam mais de três bilhões de dólares, com tendência a crescer de ano para ano, controlando um capital e o sistema de investimento. Não estão estas investidas que reclamam os acordos de complementação, devidamente sancionados por governos capazes de servir aos seus interesses, de maneira a que os recursos ou Subsidiários dos monopólios norteamericanos, para o objetivo da elevação mútua dos seus lucros — possam localizar-se nos países mais convenientes e integrá-los ao sistema das fronteiras para o domínio de um mercado unificado de sete países, esmagando possíveis concorrentes em qualquer deles. O desenvolvimento econômico desses países se tornaria, em consequência, mais deformado, mais dependente e desnacionalizado, submetido à crescente exploração do capital alienígena.

9 Não está, pois, em causa a legítima cooperação, em benefício mútuo, entre países latino-americanos. Esta cooperação precisa ser orientada através de meios adequados, em todos os terrenos, inclusive no econômico. No caso, porém, do Tratado que se pretende aprovar, abrem-se as portas para as mais desenvolvidas manobras do capital financeiro dos Estados Unidos, que se esforçará para conseguir os seus fins em cada caso, por in-

10 O fato de um terço das investidas diretas do capital privado dos Estados Unidos no exterior encontra-se aplicado na América Latina. Se uma parte destas investidas está vinculada ao fim de realização, do mercado internacional, principalmente e norte-americano, outra parte, já considerável e em aumento constante, diz respeito a uma produção destinada ao mercado local. Este é o caso, no Brasil, das empresas norte-americanas de automóveis, pneumáticos, produtos farmacêuticos, artigos eletrônicos, etc. O aumento da rentabilidade e a expansão de tais investidas se acham condicionadas à ampliação do mercado na própria América Latina, a formação de mercados autônomos de blocos de nações se torna, assim, desejável para os monopólios dos Estados Unidos, que mais fa-

11 A situação igualmente que é o capital norte-americano o principal interessado nos acordos de complementação por setores industriais, e que se refere o citado Artigo 14. Os monopólios norte-americanos possuem nos sete países a serem vinculados pela Zona de Livre Comércio, investidas diretas que totalizam mais de três bilhões de dólares, com tendência a crescer de ano para ano, controlando um capital e o sistema de investimento. Não estão estas investidas que reclamam os acordos de complementação, devidamente sancionados por governos capazes de servir aos seus interesses, de maneira a que os recursos ou Subsidiários dos monopólios norteamericanos, para o objetivo da elevação mútua dos seus lucros — possam localizar-se nos países mais convenientes e integrá-los ao sistema das fronteiras para o domínio de um mercado unificado de sete países, esmagando possíveis concorrentes em qualquer deles. O desenvolvimento econômico desses países se tornaria, em consequência, mais deformado, mais dependente e desnacionalizado, submetido à crescente exploração do capital alienígena.

12 Não está, pois, em causa a legítima cooperação, em benefício mútuo, entre países latino-americanos. Esta cooperação precisa ser orientada através de meios adequados, em todos os terrenos, inclusive no econômico. No caso, porém, do Tratado que se pretende aprovar, abrem-se as portas para as mais desenvolvidas manobras do capital financeiro dos Estados Unidos, que se esforçará para conseguir os seus fins em cada caso, por in-

13 A situação igualmente que é o capital norte-americano o principal interessado nos acordos de complementação por setores industriais, e que se refere o citado Artigo 14. Os monopólios norte-americanos possuem nos sete países a serem vinculados pela Zona de Livre Comércio, investidas diretas que totalizam mais de três bilhões de dólares, com tendência a crescer de ano para ano, controlando um capital e o sistema de investimento. Não estão estas investidas que reclamam os acordos de complementação, devidamente sancionados por governos capazes de servir aos seus interesses, de maneira a que os recursos ou Subsidiários dos monopólios norteamericanos, para o objetivo da elevação mútua dos seus lucros — possam localizar-se nos países mais convenientes e integrá-los ao sistema das fronteiras para o domínio de um mercado unificado de sete países, esmagando possíveis concorrentes em qualquer deles. O desenvolvimento econômico desses países se tornaria, em consequência, mais deformado, mais dependente e desnacionalizado, submetido à crescente exploração do capital alienígena.

14 Não está, pois, em causa a legítima cooperação, em benefício mútuo, entre países latino-americanos. Esta cooperação precisa ser orientada através de meios adequados, em todos os terrenos, inclusive no econômico. No caso, porém, do Tratado que se pretende aprovar, abrem-se as portas para as mais desenvolvidas manobras do capital financeiro dos Estados Unidos, que se esforçará para conseguir os seus fins em cada caso, por in-

15 Não está, pois, em causa a legítima cooperação, em benefício mútuo, entre países latino-americanos. Esta cooperação precisa ser orientada através de meios adequados, em todos os terrenos, inclusive no econômico. No caso, porém, do Tratado que se pretende aprovar, abrem-se as portas para as mais desenvolvidas manobras do capital financeiro dos Estados Unidos, que se esforçará para conseguir os seus fins em cada caso, por in-

16 Não está, pois, em causa a legítima cooperação, em benefício mútuo, entre países latino-americanos. Esta cooperação precisa ser orientada através de meios adequados, em todos os terrenos, inclusive no econômico. No caso, porém, do Tratado que se pretende aprovar, abrem-se as portas para as mais desenvolvidas manobras do capital financeiro dos Estados Unidos, que se esforçará para conseguir os seus fins em cada caso, por in-

17 Não está, pois, em causa a legítima cooperação, em benefício mútuo, entre países latino-americanos. Esta cooperação precisa ser orientada através de meios adequados, em todos os terrenos, inclusive no econômico. No caso, porém, do Tratado que se pretende aprovar, abrem-se as portas para as mais desenvolvidas manobras do capital financeiro dos Estados Unidos, que se esforçará para conseguir os seus fins em cada caso, por in-

18 Não está, pois, em causa a legítima cooperação, em benefício mútuo, entre países latino-americanos. Esta cooperação precisa ser orientada através de meios adequados, em todos os terrenos, inclusive no econômico. No caso, porém, do Tratado que se pretende aprovar, abrem-se as portas para as mais desenvolvidas manobras do capital financeiro dos Estados Unidos, que se esforçará para conseguir os seus fins em cada caso, por in-

19 Não está, pois, em causa a legítima cooperação, em benefício mútuo, entre países latino-americanos. Esta cooperação precisa ser orientada através de meios adequados, em todos os terrenos, inclusive no econômico. No caso, porém, do Tratado que se pretende aprovar, abrem-se as portas para as mais desenvolvidas manobras do capital financeiro dos Estados Unidos, que se esforçará para conseguir os seus fins em cada caso, por in-

IMPERIALISMO...

20 Não está, pois, em causa a legítima cooperação, em benefício mútuo, entre países latino-americanos. Esta cooperação precisa ser orientada através de meios adequados, em todos os terrenos, inclusive no econômico. No caso, porém, do Tratado que se pretende aprovar, abrem-se as portas para as mais desenvolvidas manobras do capital financeiro dos Estados Unidos, que se esforçará para conseguir os seus fins em cada caso, por in-

21 Não está, pois, em causa a legítima cooperação, em benefício mútuo, entre países latino-americanos. Esta cooperação precisa ser orientada através de meios adequados, em todos os terrenos, inclusive no econômico. No caso, porém, do Tratado que se pretende aprovar, abrem-se as portas para as mais desenvolvidas manobras do capital financeiro dos Estados Unidos, que se esforçará para conseguir os seus fins em cada caso, por in-

22 Não está, pois, em causa a legítima cooperação, em benefício mútuo, entre países latino-americanos. Esta cooperação precisa ser orientada através de meios adequados, em todos os terrenos, inclusive no econômico. No caso, porém, do Tratado que se pretende aprovar, abrem-se as portas para as mais desenvolvidas manobras do capital financeiro dos Estados Unidos, que se esforçará para conseguir os seus fins em cada caso, por in-

23 Não está, pois, em causa a legítima cooperação, em benefício mútuo, entre países latino-americanos. Esta cooperação precisa ser orientada através de meios adequados, em todos os terrenos, inclusive no econômico. No caso, porém, do Tratado que se pretende aprovar, abrem-se as portas para as mais desenvolvidas manobras do capital financeiro dos Estados Unidos, que se esforçará para conseguir os seus fins em cada caso, por in-

24 Não está, pois, em causa a legítima cooperação, em benefício mútuo, entre países latino-americanos. Esta cooperação precisa ser orientada através de meios adequados, em todos os terrenos, inclusive no econômico. No caso, porém, do Tratado que se pretende aprovar, abrem-se as portas para as mais desenvolvidas manobras do capital financeiro dos Estados Unidos, que se esforçará para conseguir os seus fins em cada caso, por in-

25 Não está, pois, em causa a legítima cooperação, em benefício mútuo, entre países latino-americanos. Esta cooperação precisa ser orientada através de meios adequados, em todos os terrenos, inclusive no econômico. No caso, porém, do Tratado que se pretende aprovar, abrem-se as portas para as mais desenvolvidas manobras do capital financeiro dos Estados Unidos, que se esforçará para conseguir os seus fins em cada caso, por in-

26 Não está, pois, em causa a legítima cooperação, em benefício mútuo, entre países latino-americanos. Esta cooperação precisa ser orientada através de meios adequados, em todos os terrenos, inclusive no econômico. No caso, porém, do Tratado que se pretende aprovar, abrem-se as portas para as mais desenvolvidas manobras do capital financeiro dos Estados Unidos, que se esforçará para conseguir os seus fins em cada caso, por in-

NOTA ECONÔMICA

27 Não está, pois, em causa a legítima cooperação, em benefício mútuo, entre países latino-americanos. Esta cooperação precisa ser orientada através de meios adequados, em todos os terrenos, inclusive no econômico. No caso, porém, do Tratado que se pretende aprovar, abrem-se as portas para as mais desenvolvidas manobras do capital financeiro dos Estados Unidos, que se esforçará para conseguir os seus fins em cada caso, por in-

28 Não está, pois, em causa a legítima cooperação, em benefício mútuo, entre países latino-americanos. Esta cooperação precisa ser orientada através de meios adequados, em todos os terrenos, inclusive no econômico. No caso, porém, do Tratado que se pretende aprovar, abrem-se as portas para as mais desenvolvidas manobras do capital financeiro dos Estados Unidos, que se esforçará para conseguir os seus fins em cada caso, por in-

29 Não está, pois, em causa a legítima cooperação, em benefício mútuo, entre países latino-americanos. Esta cooperação precisa ser orientada através de meios adequados, em todos os terrenos, inclusive no econômico. No caso, porém, do Tratado que se pretende aprovar, abrem-se as portas para as mais desenvolvidas manobras do capital financeiro dos Estados Unidos, que se esforçará para conseguir os seus fins em cada caso, por in-

30 Não está, pois, em causa a legítima cooperação, em benefício mútuo, entre países latino-americanos. Esta cooperação precisa ser orientada através de meios adequados, em todos os terrenos, inclusive no econômico. No caso, porém, do Tratado que se pretende aprovar, abrem-se as portas para as mais desenvolvidas manobras do capital financeiro dos Estados Unidos, que se esforçará para conseguir os seus fins em cada caso, por in-

31 Não está, pois, em causa a legítima cooperação, em benefício mútuo, entre países latino-americanos. Esta cooperação precisa ser orientada através de meios adequados, em todos os terrenos, inclusive no econômico. No caso, porém, do Tratado que se pretende aprovar, abrem-se as portas para as mais desenvolvidas manobras do capital financeiro dos Estados Unidos, que se esforçará para conseguir os seus fins em cada caso, por in-

32 Não está, pois, em causa a legítima cooperação, em benefício mútuo, entre países latino-americanos. Esta cooperação precisa ser orientada através de meios adequados, em todos os terrenos, inclusive no econômico. No caso, porém, do Tratado que se pretende aprovar, abrem-se as portas para as mais desenvolvidas manobras do capital financeiro dos Estados Unidos, que se esforçará para conseguir os seus fins em cada caso, por in-

Roboré: Uma Vitória

33 Não está, pois, em causa a legítima cooperação, em benefício mútuo, entre países latino-americanos. Esta cooperação precisa ser orientada através de meios adequados, em todos os terrenos, inclusive no econômico. No caso, porém, do Tratado que se pretende aprovar, abrem-se as portas para as mais desenvolvidas manobras do capital financeiro dos Estados Unidos, que se esforçará para conseguir os seus fins em cada caso, por in-

34 Não está, pois, em causa a legítima cooperação, em benefício mútuo, entre países latino-americanos. Esta cooperação precisa ser orientada através de meios adequados, em todos os terrenos, inclusive no econômico. No caso, porém, do Tratado que se pretende aprovar, abrem-se as portas para as mais desenvolvidas manobras do capital financeiro dos Estados Unidos, que se esforçará para conseguir os seus fins em cada caso, por in-

35 Não está, pois, em causa a legítima cooperação, em benefício mútuo, entre países latino-americanos. Esta cooperação precisa ser orientada através de meios adequados, em todos os terrenos, inclusive no econômico. No caso, porém, do Tratado que se pretende aprovar, abrem-se as portas para as mais desenvolvidas manobras do capital financeiro dos Estados Unidos, que se esforçará para conseguir os seus fins em cada caso, por in-

36 Não está, pois, em causa a legítima cooperação, em benefício mútuo, entre países latino-americanos. Esta cooperação precisa ser orientada através de meios adequados, em todos os terrenos, inclusive no econômico. No caso, porém, do Tratado que se pretende aprovar, abrem-se as portas para as mais desenvolvidas manobras do capital financeiro dos Estados Unidos, que se esforçará para conseguir os seus fins em cada caso, por in-

37 Não está, pois, em causa a legítima cooperação, em benefício mútuo, entre países latino-americanos. Esta cooperação precisa ser orientada através de meios adequados, em todos os terrenos, inclusive no econômico. No caso, porém, do Tratado que se pretende aprovar, abrem-se as portas para as mais desenvolvidas manobras do capital financeiro dos Estados Unidos, que se esforçará para conseguir os seus fins em cada caso, por in-

38 Não está, pois, em causa a legítima cooperação, em benefício mútuo, entre países latino-americanos. Esta cooperação precisa ser orientada através de meios adequados, em todos os terrenos, inclusive no econômico. No caso, porém, do Tratado que se pretende aprovar, abrem-se as portas para as mais desenvolvidas manobras do capital financeiro dos Estados Unidos, que se esforçará para conseguir os seus fins em cada caso, por in-

A América do Sul pediu em São Paulo:

ANISTIA PARA OS PRESOS POLÍTICOS DE ESPANHA E PORTUGAL

"INÍCIO DE UMA LUTA DIGNA, DEMOCRÁTICA E HUMANA", AFIRMOU O EMBAIXADOR ÁLVARO LINS

"Não é o fim da jornada, mas o início de uma luta digna, democrática e humana que juntos iremos encetar", disse o embaixador Álvaro Lins, presidente da I Conferência Sul-Americana Pró-Anistia dos Presos Políticos e Exilados da Espanha e Portugal, durante o discurso que pronunciou, na noite de 24 do corrente, na sessão de encerramento do conclave. E acrescentou: "Foi também uma vitória da democracia brasileira a realização desta conferência".

A manifestação, realizada na capital paulista nos dias 22, 23 e 24, constituiu-se num êxito sem precedentes pela representação numerosa e expressiva, pelo conteúdo e objetividade de suas resoluções e pelo fiel cumprimento do programa e fins de sua convocação.

RESOLUÇÕES GERAIS

O embaixador Álvaro Lins, em nome da comissão de re-

soluções, apresentou quatro propostas que foram aprovadas por unanimidade: enviar uma denúncia à ONU sobre as perseguições na Espanha e Portugal e ainda sobre a falta de observância, por esses países, dos princípios da Carta da ONU; enviar uma comissão composta de personalidades de prestígio na América do Sul, à Espanha e Portugal, para expor aos governos daqueles países as resoluções da conferência e, ao mesmo tempo, solicitar o direito de visitar os presos políticos; organizar uma comissão permanente de 11 membros, dois de cada país participante da conferência e de outras nações que venham aderir ao movimento e, finalmente, organizar uma nova manifestação, se possível para este ano.

Após o estudo da tese apresentada pelo desembargador Osny Duarte Pereira, presidente da delegação brasileira,

e vários outros trabalhos, a comissão propôs uma resolução geral aprovada na íntegra e que pede: anistia total para os presos e exilados políticos, supressão dos tribunais de exceção e a transferência para tribunais comuns de todos os processos políticos, vigência dos princípios dos direitos do homem, reconhecidos pelos organismos internacionais dos quais a Espanha e Portugal participam e, também, a denúncia, junto aos organismos internacionais, de atrocidades cometidas pela polícia de Franco e Salazar.

ADESÕES RECEBIDAS E DELEGAÇÕES PRESENTES

Aderiram à Conferência parlamentares, escritores, cientistas, jornalistas, juristas, dirigentes e líderes sindicais, prestigiosas figuras do clero católico e muitas outras personalidades. Várias Assembleias Estaduais e Câmaras de Vereadores enviaram mensagens e representantes. Sindicatos e Federações de todo o país dirigiram também telegramas e mensagens e estiveram presentes delegados de vários Estados.

Numerosas e representativas foram as delegações do Uruguai, Chile, Argentina, Paraguai e Venezuela.

A COMISSÃO DIRETORA

A Mesa que dirigiu a Conferência era composta das seguintes personalidades: Presidente — Embaixador Álvaro Lins; 1.º Vice-Presidente — Luiz A. Panigo, da Confederação Argentina do Magistério; 2.º Vice-Presidente — Clotário Bliest — Presidente da Confederação dos Trabalhadores do Chile; 3.º Vice-Presidente — Alfredo Lepio — Senador da República Oriental do Uruguai; 4.º Vice-Presidente — Eduardo Ortega Y Gasset — Escritor da Venezuela; 5.º Vice-Presidente — Elviq Romero — Poeta da Frente Única de Libertação, Nacional do Paraguai; Secre-

tário Geral — Dra. Dolores de Mello Vassão — Brasil; 1.º Secretário — Guilherme Esteves Boero — da Federação Universitária Argentina; 2.º Secretário — Luis Merino Reyes — Escritor — República do Chile; 3.º Secretário — Emilliano Despet — República do Paraguai; e 4.º Secret. — Prof. Luis Guidotti — Vice-Presidente da Federação Uruguai do Magistério.

Foram constituídas três Comissões: Para assuntos de Espanha, para assuntos de Portugal e para as Resoluções Gerais. Todas estas Comissões funcionaram na Faculdade de Direito de São Paulo.



Aspecto da mesa que dirigiu os trabalhos da Conferência pró anistia para os presos e exilados políticos de Portugal e Espanha, vindo-se ao centro o seu presidente, embaixador Álvaro Lins.

Portaria já está pronta

COFAP Aguarda "Momento Oportuno" Para Aumentar Preços Dos Remédios

J. Miglioli

Ninguém mais dúvida, neste momento, que os preços dos remédios serão aumentados. A COFAP já tem mesmo uma portaria pronta, nesse sentido, que deverá entrar em vigor, conforme noticiaram os jornais, no momento em que for considerado mais oportuno. Com isso se consumará mais um ato da desenfreada corrida altista imperante em nossa economia.

SIGNIFICADO DO AUMENTO

Em maio do ano passado os proprietários dos laboratórios entraram em acordo com os senhores Sette Câmara e Frederico Mindello (por esse tempo presidentes do Conselho Coordenador do Abastecimento e da COFAP, respectivamente) quanto ao reajustamento dos preços das drogas. Estabeleceu-se que os industriais dos remédios mandariam confeccionar um "Índice Geral de Preços", que seria distribuído às farmácias e drogarias, se aprovado. Este "Índice" custou três milhões de cruzeiros aos industriais. A certeza de que seria aprovado era tão grande que alguns laboratórios distribuíram-no logo aqueles estabelecimentos comerciais, sem a anterior e obrigatória aprovação da COFAP.

Estabeleceu-se também que o aumento, sobre o preço vigente, seria até 40% para cada remédio e que, na totalidade, cada laboratório não poderia majorar acima de 15%. Assim, os industriais elevaram os preços dos produtos de maior venda até o máximo (40%) ou quase, aumentando pouco (ou mesmo, nada aumentando) nos produtos menos vendidos, a fim de não ultrapassarem o máximo de 15% no total. Na prática, com tal procedimento (se for aprovado o "Índice"), os laboratórios obterão um acréscimo no lucro muito acima de 15%. Como se vê, a redução média de 15% propalada pelos capitalistas das drogas é um puro embuste.

A CAMPANHA ALTISTA

A argumentação dos industriais de remédios não se limita à afirmativa de que o acréscimo de 15% é reduzido. Outro ponto a que se apegam sempre é o que se refere à redução do número de laboratórios, de que já tratamos no artigo publicado na semana passada. Expliquem o desaparecimento dos 100 laboratórios pelo congelamento dos preços dos remédios, quando, na realidade, o principal motivo é a concorrência desigual imposta pelas grandes empresas (em sua maioria, laboratórios estrangeiros). Empregam ainda outros argumentos, que veremos em seguida. Antes, contudo, é interessante observar a evolução da campanha altista empreendida pelos industriais. Assim é que, no início, procuravam atrair a simpatia da opinião pública sob a forma de artigos nos jornais e revistas, onde se tentava, principalmente, demonstrar a importância da indústria far-

macêutica dentro de nossa economia, como se fosse ela um fator de nosso progresso quando, verdadeiramente, por ser dominada pelo capital estrangeiro, é um fator de descapitalização da economia brasileira. Muito suavemente sugeriam a necessidade do aumento de preços. Atualmente, porém, passaram para as ameaças os atos ilegais e chegaram mesmo a recorrer à Justiça. A tudo isso devemos acrescentar uma bem provável pressão direta dos industriais sobre os homens do governo, como ocorreu com o general Uruai Magalhães, quando presidente da COFAP. Já se chegou a registrar uma briga entre os senhores Guilherme Romano e Olavo Fontoura (do grupo associado à American Home Products).

AUXÍLIOS GOVERNAMENTAIS

Os donos de laboratórios recorrem ainda a outros argumentos, com os quais concordamos até a metade. Em primeiro lugar, referem-se ao abandono da indústria farmacêutica pelos poderes governamentais — e exigem os mesmos favores concedidos às outras indústrias, como, por exemplo, as facilidades cambiais e do crédito. De fato, somente por meio de medidas governamentais po-

de-se agora salvar a indústria farmacêutica realmente nacional da asfixia que os grandes laboratórios estrangeiros lhe impuseram ao usarem das facilidades que este mesmo governo vem concedendo aos capitais alienígenas. Exigem maiores favores do governo, querem os mesmos favores concedidos à indústria automobilística (como cita um de seus artigos de propaganda publicado em dezembro passado). A equiparação a esta indústria é elucidativa, posto que, como é do conhecimento geral, o ramo automobilístico é onde os capitais estrangeiros gozam das maiores benevolências e auxílios públicos. Sim, concordamos, aliás por parte dos poderes a indústria farmacêutica necessita de grande atenção do governo, mas que esta atenção se volte para impedir que os laboratórios americanos, franceses, suíços, alemães, ingleses e italianos liquidem os produtores nacionais que se vêem realmente em enormes apuros para agüentar uma concorrência desleal e contrária aos interesses de nossa economia.

A ÉTICA DO LUCRO

Os preços dos medicamentos estão congelados desde 1958, mas o mesmo não ocorre com o custo dos fatores empregados em sua produ-

ção — físico, humano, de distribuição, de financiamento, etc. — como argumentam os industriais. Isso é verdade. Todavia, resta saber a taxa de lucro dominante na indústria farmacêutica, dada antes do congelamento até agora. Não resta dúvida que a retenção dos preços dos remédios e a elevação do custo daqueles fatores veio a reduzi-los. Mas reduziu-a a quanto? Este é o problema que os técnicos da COFAP deveriam verificar e se apurara se maior ou igual à taxa média de lucro da nossa indústria em geral (que já é alta, principalmente para o setor do capital estrangeiro), não há por que conceder o aumento exigido. Sempre se falou da elevada margem de lucro obtida pelos grandes laboratórios. Esta é uma oportunidade para baixá-la, com a conservação do preço dos medicamentos no mesmo nível de até agora.

Falam ainda dos princípios éticos da indústria, que mantêm a excelência dos medicamentos fabricados e os laboratórios em produção — apesar de seus problemas. A excelência dos medicamentos é um fato duvidoso e contestado. E o manterem-se em produção a outro fato que vem de ser negado agora, quando começa a desaparecer do comércio. (Conclui na 11.ª página)



Durante os três dias em que a Conferência foi realizada, o salão nobre da Faculdade de Direito de São Paulo ficou superlotado, como se pode ver na foto acima, tirada na sessão de encerramento.

A Propósito de Paddy Chayefsky

Paulo Saboya

A recente exibição de "Crepúsculo de uma Paixão" (Midle of the Night), torna oportuno alguns comentários a respeito de seu autor: Paddy Chayefsky.

Obtendo um sucesso mundial logo em seu primeiro filme — Marty — Chayefsky atrai a atenção de toda a crítica sobre sua pessoa, fazendo com que alguns o tivessem como uma personagem supervalorizada. Mas tal problema desaparece em seus filmes posteriores, quando Chayefsky demonstrou do quanto é capaz, ao sobrepujar em muito a figura de seu diretor habitual: Delbert Mann.

No momento em que o cinema americano sofria uma séria crise, em consequência da crescente popularidade que a TV adquiria, Chayefsky, até hoje um escritor de televisão, dá formidável impulso à sétima arte, não através, como seria de se supor, de fórmulas, ou seja, sua inovação não diz respeito à forma de televisão aplicada ao cinema. É mais profundo, porque busca uma nova visão do cinema, libertando-o de sua tendência (para alguns natural) de arte voltada para os grandes e excepcionais momentos, por excepcionais e grandes personagens vividos. Nem tampouco agarra-se Chayefsky ao "grande espetáculo" moderno: o equivalente plástico-visual de dogmas medievais. E neste ponto, vale ressaltar, Chayefsky ganha de Stanley Kubrick, que parece ter encontrado pelo caminho do "Big Business", ao aceitar a direção de "Lapartaco".

Inaugurando, como aconteceu, um novo ramo de aplicação da arte cinematográfica, Chayefsky arrca, desde 1955 (ano da realização de Marty), com a responsabilidade de manter-se no mesmo nível artístico de sua estreia, o que consegue, mostrando com seus filmes posteriores qual o rumo de seus trabalhos, ao escrever, por exemplo, "A Deus" e "Despedida de Solitário", nos quais deixa bem claro a linha de seus filmes, o que lhe acarreta uma série de

críticas sobre sua imaginação. Mas a esses ataques, responde ele com obras que demonstram, mais do que uma imaginação fértil, um profundo senso de observação da vida comum, seu tema predileto e o tulo onde de fato nota-se seu excepcional talento de escritor de diálogos, conseguindo, proeza por poucos dramaturgos alcançada, fazer com que suas personagens, de um modo geral banais, se expressem como poetas, mantendo-se, por outro lado, dentro dos padrões de sensibilidade normais. E o êxito é alcançado, devido, sobretudo, ao profundo respeito que Chayefsky nutre pelos sentimentos mais primitivos, mas não primários do homem, como ele próprio declara: "Há dramas muito mais excitante nas razões pelas quais um homem se casa, do que nas pelas quais ele mata seu semelhante". Mas antes de tudo, o que faz com que o autor de Marty se destaque entre seus pares, é o fato de, embora sendo os elementos humanos com que joga, de uma simplicidade total, não cair o "script" em situações esquemáticas como o que

aconteceu com "Um Homem Tem Três Metros de Altura" (A Man Is Ten Feet Tall) de Martin Ritt, onde ficava patente a padronização das personagens dentro de um velho fitão da bondade, da maldade, e a inconsciência entre as duas. Marty, sua noiva Clara e todas as demais personagens de Chayefsky têm uma personalidade de bem definida. Seus tipos, embora dentro de padrões ditados por seus meios, são ricos em contribuições pessoais, o que nos leva a crer em outras qualidades de Chayefsky que, infelizmente, não poderiam ser abordadas aqui. Porém, a simples visão de um de seus filmes serve para alertar-nos sobre a grandza de sentimentos do homem, não importa de qual bairro, de qual cidade, ou país. E esta qualidade no autor de "Crepúsculo de uma Paixão" não poderá ser negada por seus detratores formalistas que, fugindo à discussão de seus filmes, procuram defeitos em sua obra, os quais, embora existentes, são de caráter já relevantes, frente ao aguçado espírito de Chayefsky.



"Marty" (na foto uma cena) projetou internacionalmente o nome de Chayefsky, popular nos Estados Unidos graças à apresentação de seus textos na televisão.

Com a palavra o leitor

Como Melhorar NOVOS RUMOS?

A direção de NOVOS RUMOS considera chegado o momento, agora que estamos para completar um ano de circulação, de se examinar o que tem sido o nosso jornal e de se introduzirem modificações capazes de melhorá-lo. Para que esse intento possa ser realizado, é indispensável a colaboração de nossos leitores. Publicamos, por isso, o questionário abaixo, pedindo que as respostas sejam enviadas, com a urgência possível, à nossa redação.

- Qual a seção de NOVOS RUMOS que mais aprecia? Por quê?
- Qual a seção que menos aprecia? Por quê?
- Que seção ou seções acha desnecessárias?
- Que novas seções sugere?
- Que opinião e sugestões tem sobre a feição gráfica do jornal?
- Qual a sua opinião sobre a linguagem do jornal?
- Que críticas mais frequentes tem ouvido a NOVOS RUMOS?
- Indique matérias que na sua opinião não deviam ter sido publicadas.
- Indique matérias que na sua opinião deviam ter sido publicadas e não foram.
- Indique as matérias que julgou melhores.
- Que matérias lê habitualmente em NOVOS RUMOS?
- Que matérias não lê habitualmente em NOVOS RUMOS?
- Qual a sua opinião geral sobre o jornal? Como melhorá-lo?

Observações — Não é obrigatória a indicação do nome do leitor. Mas julgamos necessárias as seguintes indicações: sexo, idade, profissão e cidade em que reside.

No vale do Ganges o trator substitui o elefante

URSS Ajuda Índia a Produzir Aço e a Explorar o Petróleo

Recentemente o ministro das Minas e Petróleo da Índia, K. D. Malaviya anunciou ao Parlamento indiano a disposição do governo de Nehru de conceder atenção especial no próximo quinquênio ao incremento maciço da produção de petróleo, que passaria a ser um dos itens mais importantes do 3º plano quinquenal indiano (1961-1965). Entre as medidas propostas no plano apresentado por Malaviya, está a exploração das reservas de petróleo descobertas no fim do ano passado pelas equipes técnicas dirigidas por especialistas soviéticos.

Estas reservas, assim como várias outras, tiveram sua existência negada durante anos e anos pelos técnicos das empresas imperialistas às quais o governo da Índia encomendou pesquisas e fez concessões para prospecção. Num esquema bastante conhecido pelos brasileiros, as grandes empresas petrolíferas imperialistas procuram garantir concessões, mas não se interessam em promover a exploração de petróleo eles mesmos, e, muito menos, se dispõem a auxiliar empresas de pequenos países para que o façam.

Na Índia, a Standard-Vacuum Oil (americana) e a Assam Oil Company (inglês) secundadas por inúmeros outros, técnicos, políticos e outros, tanto indianos como estrangeiros, vinham apregoando aos quatro ventos que não existia petróleo na Índia, a não ser em pequenas quantidades e em determinados lugares. Assinado o acordo de assistência técnica e financeira entre a URSS e a Índia, e com a chegada, em 1956, de especialistas soviéticos ao país, a situação começou a mudar.

Petróleo escondido

Até agora o abastecimento de petróleo da Índia é controlado inteiramente pela Standard-Vacuum e a Assam (subsidiária da Shell), principalmente pela primeira. O consumo anual, de cerca de 4 milhões de toneladas métricas, é satisfeito em 90% através da importação, pois a Standard-Vacuum não encontra petróleo na área que controla na Bengala Ocidental, e a Assam limita sua produção anual a 400 mil toneladas métricas. Nessas condições, a Índia gasta um bilhão de rupias na compra de petróleo aos dois trustes.

Forçado pelas dificuldades, o governo Nehru procurou assistência técnica e financeira para desenvolver a indústria petrolífera. Chegou-se, entretanto, com a resistência das potências imperialistas. A atitude dos

Estados Unidos, por exemplo, pode ser julgada a partir do seguinte comentário da revista "World Oil", representante dos interesses dos trustes petrolíferos norte-americanos: "A idéia do governo central da Índia de criar uma companhia ou agência para o fomento dos recursos petrolíferos nacionais surgiu exclusivamente por desconhecimento da situação geral. Os Estados Unidos não estão inclinados a conceder ajuda técnica à Índia."

Quando os técnicos soviéticos chegaram à Índia, nem sequer lhes pediram para que procurassem localizar reservas não exploradas. O governo indiano desejava apenas que fosse elaborado um plano para a organização dos serviços estatais de distribuição, etc. Pouco a pouco, entretanto, estudos elaborados por eles começaram a mostrar a existência de lençóis ricos em óleo e gás em Jawalamukhi, Cambay e outros pontos do território indiano. Trabalhando incansavelmente e com toda a dedicação, os técnicos soviéticos, geógrafos, geólogos, técnicos em sondas, etc., conseguiram localizar reservas, perfurar poços e, depois de vencer inúmeras dificuldades, inclusive a falta de confiança de que mesmo alguns indianos partilhavam, fizeram com que jorrasse o óleo em Cambay e Jawalamukhi. Pouco tempo depois, deixavam o país, entregando os serviços a 16 equipes técnicas compostas por indianos, formados com sua ajuda nos quatro anos que passaram na Índia.

A Siderúrgica de Bhilai

Outro ponto que ilustra bem o caráter da assistência prestada pela União Soviética aos países subdesenvolvidos é a siderúrgica de Bhilai, em fase de conclusão e já parcialmente em funcionamento. Decorrente de um acordo assinado entre a URSS e a Índia a 2 de fevereiro de 1956, as obras de construção da siderúrgica se iniciaram imediatamente, com a participação de mais de 400 empresas soviéticas, acelerando-se a partir de 1958.

A siderúrgica consta de três altos-fornos, dois dos quais já estão em funcionamento, seis fornos Martin e quatro laminadores, uma central termelétrica de 24.000 kw de potência além de oficinas químicas e de reparação. Sua produção anual será de mais de um milhão de toneladas de aço, ou seja, a atual produção indiana. Já se acham em funcionamento, além dos dois altos-fornos, dois fornos Martin, dois laminadores e a usina termelétrica. Traba-

lhando com as instalações já concluídas, os técnicos indianos, assessorados pelos especialistas soviéticos, iniciaram a produção em Bhilai, fornecendo até o fim do ano passado 300.000 toneladas de ferro gusa.

Além de conceder empréstimos a longo prazo para a construção da siderúrgica, a União Soviética garantiu a preparação dos desenhos, enviou instalações e pessoal especializado para o assessoramento das obras e formou em suas fábricas várias centenas de operários, técnicos e engenheiros indianos.

Créditos a longo prazo

Durante os últimos quatro anos, a União Soviética concedeu empréstimos no valor total de 2 bilhões e 700 milhões de rublos ao governo indiano para propósitos de desenvolvimento econômico do país. Deste total, um e meio bilhão de rublos foram concedidos em setembro do ano passado para ampliar as instalações da siderúrgica de Bhilai, para a construção de uma refinaria de petróleo com

capacidade para dois milhões de toneladas de petróleo em Barauni, e para a construção de várias fábricas de máquinas-ferramentas e outras instalações para a indústria pesada e leve.

Os créditos concedidos pela URSS se caracterizam pelo fato de que, além de não serem acompanhados de condições políticas ou militares, são resgatáveis a longo prazo, nunca menos de 12 anos, e a juro de 2,5% ao ano. Sua amortização começa, em geral, um ano depois da entrega das instalações a que se referem.

A título de comparação, a Índia tem recebido propostas de empréstimos com juros de 3,5% a 5,5% dos Estados Unidos, 5,5% da Inglaterra e 6% da Alemanha Ocidental. Além disso, os créditos concedidos pelos países imperialistas se destinam a empresas que interessam mais a esses países do que aos seus beneficiários. Um exemplo disto é dado pelo Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento, que apesar de denominar-se "internacional" é inteiramente dominado pelos imperialistas norte-ameri-

Apelo dos comunistas a todos os partidos

Paraguai: Unidade Nacional Para Derrubar Ditadura e Formar um Governo Democrático

A direção do Partido Comunista do Paraguai lançou um apelo ao povo paraguaio no sentido da formação de uma ampla frente única contra a ditadura de Stroessner. O documento, assinado pelos dirigentes Oscar Creydt, Obdulio Barthe e Augusto Carrete, vem esclarecer a posição do Partido diante da insurreição contra a ditadura que eclodiu no fim do ano passado. Publicamos, a seguir, os trechos mais importantes do apelo.

Atendendo as perguntas que muitos operários nos têm feito relativamente ao caráter das ações armadas que se desenvolveram, consideramos necessário explicar a posição assumida pelo Partido Comunista do Paraguai em seu manifesto de 14 de dezembro, com a franqueza com que sempre falamos ao povo.

O fato fundamental é de que o movimento revolucionário paraguaio ingressou em nova etapa: a etapa da luta armada para derrubar e destruir o regime ditatorial autocrático. Tudo deve ser a partir deste momento, orientado e subordinado ao objetivo central de conquistar a vitória.



Obdulio Barthe, dirigente do Partido Comunista do Paraguai.

As operações e os combates se uniram lutando e se preparavam para intervir, por sua própria conta, na solução da crise política, todos os partidos e grupos dos latifundiários e da burguesia nacional se apresentaram para iniciar a ação armada, com o fim de adiantar-se a um verdadeiro levante popular. O ambiente se tornava francamente revolucionário. A insurreição já era fato inevitável. O problema principal era o de unir ou coordenar as forças da oposição a fim de garantir a vitória. Foi nesta situação que o "Movimento 14 de Maio" decidiu passar na frente das demais forças opositoras, depois de rechaçar todos os esforços em prol da organização de uma ampla frente patriótica.

A ação militar do Movimento 14 de Maio tem dois aspectos: um bom e outro mau. O bom é o positivo e que galpeia e debilita um regime militar terrorista e vende-pátria cuja manutenção interessa vivamente — e continua a interessar — aos imperialistas norte-americanos. Por esta razão deste a primeiro momento nosso Partido concluiu: o povo a participar ativamente da luta armada e com a máxima decisão e rapidez. Não o chamamos a apoiar o Movimento 14 de Maio a sua forma guerrilheira e ajudar os guerrilheiros que já operavam qualquer que fosse a filiação política de seus chefes.

O aspecto mau, negativo do Movimento 14 de Maio consiste em não ser um movimento revolucionário, realmente democrático e popular, e, muito

menos um movimento de esquerda. Seu programa, semelhante ao da coligação liberal-fregetista, foge ao problema central da democratização: a anulação imediata da lei de repressão n.º 294.

Assim como a aliança liberal-fregetista, o Movimento 14 de Maio se propõe restabelecer a Constituição conservadora de 1870. E, precisamente, a garantia prevista e aceita pelas empresas estrangeiras e os grandes proprietários de campos e bosques. Embora o Movimento 14 de Maio proclame a "reforma agrária" — lema por todos repetido desde 1936 — seu documento programático se refere apenas a "colonização" de "terras desertas", isto é, do Chaco. Trata-se de um plano, norte-americano bem conhecido. Não interessa ao campesinato. Sua finalidade não é avançar com o latifúndio e sim, ao contrário, salvá-lo e consolidá-lo.

O objetivo dos dirigentes autocráticos da oposição latifundiária e burguesa não consiste em fazer uma revolução, mas ao contrário, evitar a revolução que o povo quer, impedindo uma reforma profunda de caráter democrático, anti-imperialista e agrário.

Os imperialistas norte-americanos, assim como os latifundiários e especuladores, temem que a luta de guerrilhas se transforme em algo parecido ao que sucedeu em Cuba. Davidian de que o atual governo possa manter-se por



A seção de altos-fornos da usina siderúrgica de Bhilai, na Índia, construída em decorrência de acordo com a URSS, já está parcialmente funcionando. Dos três alto-fornos com que conta rá quando concluída, dois já estão em plena produção.

canos. No relatório elaborado pela missão do BIRD que visitou a Índia em 1958, diz-se com todas as letras que o Banco está pronto a conceder empréstimos à Índia com a condi-

ção de que os planos para a importação de equipamento básico... sejam completamente revisados.

Esta a "pequena" diferença entre a assistência técnica e financeira pres-

tada por um país socialista aos países subdesenvolvidos e a "ajuda" que os países imperialistas utilizam para dominar ainda mais a economia e a política dos países pobres.

ção de que os planos para a importação de equipamento básico... sejam completamente revisados. Esta a "pequena" diferença entre a assistência técnica e financeira pres-

ta por um país socialista aos países subdesenvolvidos e a "ajuda" que os países imperialistas utilizam para dominar ainda mais a economia e a política dos países pobres.

ta por um país socialista aos países subdesenvolvidos e a "ajuda" que os países imperialistas utilizam para dominar ainda mais a economia e a política dos países pobres.

29 de dez. de 1959, OSCAR CREYDT, OBODULIO BARTHE, AUGUSTO CARRETE

Recusaram-se a Aumentar o Preço Da Carne

MONTES CLAROS (Do Correspondente) — O veto posto pelo prefeito Sérgio Ribeiro ao aumento do preço da carne, que já havia sido aprovado por uma comissão especial, constitui uma esplêndida vitória da opinião democrática local.

Atendendo aos reclamos da opinião pública, o prefeito vetou qualquer aumento, sendo saudado pelo povo. De tal modo, a carne vende continua sendo vendida aqui a 70 cruzeiros o quilo.

TAMBÉM EM PONTA GROSSA

PONTA GROSSA (Do Correspondente) — Os tubarões perderam o primeiro "round" da batalha do aumento da carne, nesta cidade. Baseados na portaria da COFAP que liberou o preço do produto, os frigoríficos Wilson e Schenkerberg, distribuidores de carne verde aqui, consideraram que poderiam elevar ao seu arbítrio o preço desse gênero básico. A isso, porém, opôs-se a COMAP que, em reunião da COFAP tinha vigência que, em Minas e São Paulo (art. 11), cabendo as entidades de preços dos demais Estados fixar o tabelamento para todos os produtos básicos. E assim fulminou as pretensões dos dois frigoríficos.

Atendendo aos reclamos da opinião pública, o prefeito vetou qualquer aumento, sendo saudado pelo povo. De tal modo, a carne vende continua sendo vendida aqui a 70 cruzeiros o quilo.

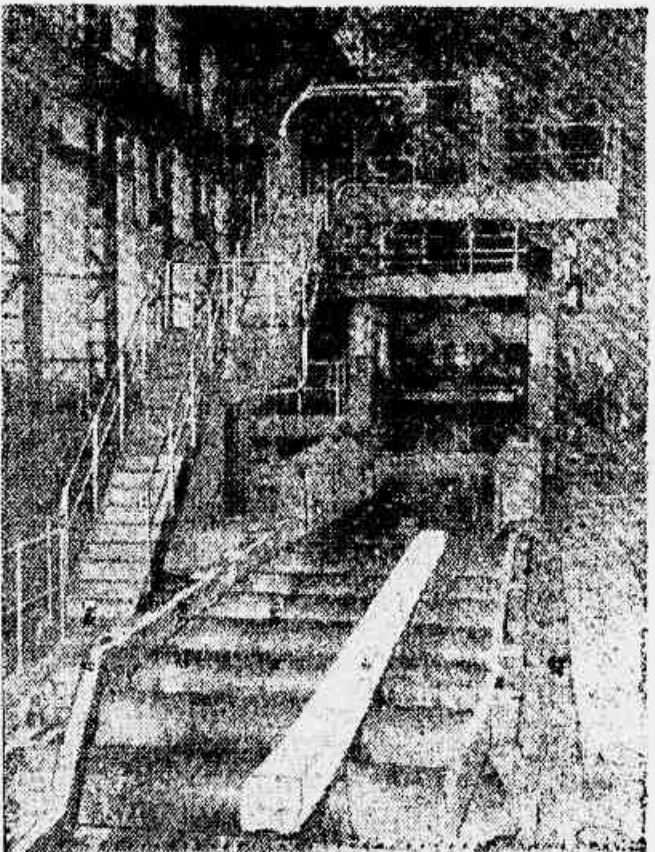
VERGONHOSA RECUSA DO GOVERNO BRASILEIRO

(Conclusão da 1ª pag.)

mos as costas a uma reunião em que também os nossos interesses serão defendidos?

Mas, se é absurda a renúncia ao exercício do direito de participar de uma reunião tão importante, indesculpável é a atitude do Brasil, ao abandonar um povo irmão da América Latina, ao abandonar o subdesenvolvimento e o atraso, no momento em que sobre ele pesam iminentes ameaças por parte do imperialismo norte-americano.

A recusa do Itamaraty a participar da reunião de Havana, mais do que um desestímulo a essa iniciativa, revela a verdadeira face da decantada OPA: em palavras, bela viola, na hora de agir, rabo entre as pernas...



Para a construção da siderúrgica de Bhilai foi necessária, além da assistência de grande número de técnicos e de ajuda financeira, a participação de mais de 400 fábricas e oficinas soviéticas. Na foto vemos uma fábrica dos Urais produzindo instalações para a siderúrgica indiana.

Falcão, o Contrabando e o Fascismo

RUI FACÓ

Sofreram uma fragorosa derrota os salazaristas e franquistas do governo do sr. Juscelino Kubitschek. Vigorosos protestos populares, e inclusive de parte da imprensa conservadora, obrigaram o governo a levantar a ignominiosa proibição imposta à Conferência sul-americana pró-anistia aos presos políticos de Portugal e Espanha.

A Conferência realizou-se em São Paulo, com uma repercussão nacional e continental muito maior do que era de esperar. Não deram sua viagem perdida ao Brasil os deputados e senadores uruguaios e os representantes de outros países latino-americanos.

A adesão à Conferência de figuras representativas da intelectualidade brasileira, como os escritores

Tristão de Ataíde, Álvaro Lins e Sérgio Milliet, os senadores Gilberto Marinho, Jarbas Maranhão, Silvestre Párcles, e outros, o governador do Amazonas, Gilberto Mestrinho, juristas e professores universitários de São Paulo, do Rio, da Bahia, era por si mesma um desmentido categórico à estúpida alegação das autoridades reacionárias do governo do sr. Kubitschek de que se tratava de um movimento comunista. Os comunistas o apoiavam, não há dúvida, como apóiam todos os movimentos democráticos. Os comunistas jamais deixaram de combater arduosamente os regimes antipopulares, fascistas, de Portugal e Espanha. Solidarizaram-se

também com os valorosos portugueses e espanhóis que tomaram a iniciativa de obstar anistia para os presos e perseguidos políticos da península ibérica. Este movimento abrange hoje todos os países de origem latina, na Europa e na América. Por sua extensão e vigor, como é natural, abala as ditaduras que se rlimantam no sangue dos que as enfrentam.

Foram os oponentes dessas ditaduras que impuseram a proibição à Conferência. Primeiro, responsabilizou-se o sr. Horácio Láfér, Ministro do Exterior. O sr. Láfér afirmou publicamente não ser contrário à conferência. De fato, receberam visto de entrada em nosso país os representantes dos

demais países do Continente.

A proibição, como se revelou depois, partira do Ministro da Justiça, sr. Armando Falcão. Tratava-se de uma medida tão vergonhosa que o governador de São Paulo, ao interditar a realização da reunião, teve que atribuir a responsabilidade direta a que compelia — o sr. Armando Falcão.

Não era de estranhar que desse senhor partisse a proibição de uma demonstração antifascista. O sr. Falcão é um reacionário de outro costado, como lem dado mostras diversas vezes. Foi no início de sua gestão como titular da Justiça que se realizou sob cerco da polícia e de tropas um comício popular contra a carestia convocada para a Esplanada do Castelo.

É verdade que o sr. Falcão não age sozinho. Está ele entrosado com o sr. Humberto Melo, chefe de um aparelho de espionagem a serviço dos Estados Unidos. Seu nome, no Ceará, como constatai há pouco, está ligado ao grande contrabando que nos últimos anos multiplicou os «novos ricos» naquele Estado. Atribuem-lhe em Fortaleza a paternidade da imoral concordata fraudulenta do grupo Audisio Pinheiro, que recentemente arruinou milhares de pequenos e médios comerciantes e lavradores.

Para o sr. Falcão o clima que interessa no Brasil é o da ausência de liberdades democráticas, pois esse clima lhe favorece os negócios.

Além disso, no caso da proibição da Conferência pró-anistia dos presos e perseguidos políticos de Portugal e Espanha não são alheios homens de negócio daqueles países que têm interesses no Brasil. Eles agiram ativamente com sua capacidade corruptora.

Foram derrotados, é verdade. Mas não podemos nos contentar com isso. Se há uma inegável responsabilidade direta do sr. Armando Falcão e do sr. Humberto Melo pela medida que inicialmente proibiu a Conferência de São Paulo, responsabilidade pessoal não menor cabe ao Presidente da República. Ele não pode ficar alheio a medidas que ferem princípios democráticos de governo, dos quais

sempre se orgulha em palavras. A proibição de uma assembléia pela anistia às vítimas de duas tiranias que esmagam povos significava cumplicidade com essas tiranias. Os laços fraternais que unem tradicionalmente os povos do Brasil e Portugal não podem ser invocados no caso. Estes laços são entre povos; não se estendem a um governo como o de Salazar, que há trinta anos assassina, encarcera e persegue os melhores filhos do povo português. O mesmo podemos dizer em relação à Espanha de Franco. Somos solidários com o bravo povo espanhol em sua luta sem tréguas contra o franquismo, repudiamos o pupilo de Hitler.

Esse triste e revoltante episódio da proibição da Conferência pró-anistia dos presos e perseguidos políticos de Portugal e Espanha envolve, assim, princípios de política interna — concernentes às liberdades democráticas — e de política externa. O governo do sr. Juscelino Kubitschek permanece tímido e vacilante em face das transformações por que passa o mundo e as relações internacionais. Receia reações dos Estados Unidos, quando estes são impotentes ante um pequeno país como Cuba de Fidel Castro. E aqui vale destacar o contraste chocante entre a posição do chefe do governo cubano e do Presidente do Brasil. Fidel Castro responde alivamente à brutal insolência de um embaixador fascista espanhol e o expulsa de Cuba em 24 horas por sua tentativa — simples tentativa! — de intervir nos assuntos internos de Cuba. O sr. Juscelino Kubitschek admite as repetidas intromissões do embaixador americano no Moors Cabot em nossos assuntos domésticos e permite que um Ministro seu se curve às intimações dos representantes diplomáticos de Salazar e Franco para proibir uma conferência pró-anistia em nosso país.

Já é tempo de tomarmos outro rumo em nossa política externa, fazendo-o independentemente dos interesses dos Estados Unidos — que são hoje o principal sustentáculo das ditaduras de Salazar e Franco.

De há muito se vem reclamando do sr. Juscelino Kubitschek uma reorganização democrática de seu governo. Ai vêm as eleições de outubro. Essa reorganização se impõe mais

Cuba Convoca os Povos Para Nova Bandung: Luta Contra a Miséria!

Quatro missões de embaixadores cubanos correm o mundo dos países subdesenvolvidos (América Latina, África, Ásia e Mediterrâneo), convidando seus governos a participarem da reunião a celebrar-se em Havana em julho, onde serão discutidos os problemas referentes às más condições econômicas em que vivem os povos desses países.



Os embaixadores de Castro quando concediam entrevista à imprensa

Visitando o Brasil na semana passada, os embaixadores cubanos encarregados de convidar os países latino-americanos, Carlos Lechuga e Levi Marrero — representantes permanentes de Cuba na ONU e na OEA, respectivamente — concederam entrevista coletiva à imprensa, quando tiveram oportunidade de definir os objetivos do conclave.

A Reunião de Havana — afirmaram — que deverá elaborar a «Carta dos Direitos Econômicos dos Povos», abordará, entre outros temas, a estabilidade dos preços dos produtos básicos, o fortalecimento dos instrumentos internacionais de crédito, a capitalização e a criação de organismos internacionais para incrementar a formação de técnicos nacionais, a fim de levar adiante a industrialização dos países

em fase de desenvolvimento.

Serão convidados para o encontro em Havana todos os países declarados pela ONU como subdesenvolvidos, cuja renda nacional é menor do que a que tinham há um século os atuais países industrializados.

A OPA E A REUNIÃO
Como se pudesse pensar que a convocação da reunião em Havana significava um afastamento de Cuba da OPA, o embaixador Levi Marrero esclareceu:

A OPA conta com a simpatia de Cuba e eu próprio, como representante de meu país na OEA, prestei a ela, toda colaboração. Somos de opinião que uma coisa não prejudica a outra, e que a Operação Pan-Americana ficará ainda mais fortalecida, pois

seus princípios serão elevados ao plano mundial.

PRESSÕES ESTRANGEIRAS

O embaixador Lechuga, falando sobre a pressão que alguns países poderiam exercer para impedir a realização da Reunião de Havana, afirmou que nenhuma espécie de coerção prejudicará o encontro, ressaltando que um dos fatos mais importantes verificados nos dias que correm é a afirmação da presença nacional dos países.

Estaremos certos de que a afirmação da soberania de cada povo é indispensável para seu desenvolvimento. Pode haver pressão — política ou econômica — de alguns países, mas a soberania é cada vez mais afirmada.

HISTÓRIA DO MOVIMENTO OPERÁRIO

(XLIX)

O PROLETARIADO ALEMÃO EMPENHA-SE EM GRANDES LUTAS

O Congresso de Hanover do Partido Social-Democrático da Alemanha (1899) condenou o revisionismo, reafirmando o programa, a tática e o próprio nome do Partido. Mas a minoria bersteiniana não foi expulsa. Bebel, cujo prestígio ia crescendo como chefe proletário do Partido, desmarcou com firmeza, ante o Congresso, o conteúdo real das teses revisionistas. Mas ao mesmo tempo sustentou a opinião errônea de que Bernstein estava só, de que não constituía um perigo para a social-democracia. Que exigiu, em vão, a expulsão dele foi Rosa Luxemburgo (1870-1919), a valorosa revolucionária polonesa que então começava a destacar-se por sua combatividade na ala esquerda-radical em formação do Partido. Ela própria, porém, após o Congresso, não mais insistiu em sua proposta.

Quanto a Kautsky, que era à época reconhecido, com inteira razão, como o maior teórico marxista no movimento social-democrático, após-se também a Bernstein, mas dando um passo a mais na senda falsa do

centrismo, da conciliação, que era de fato um estímulo à «bersteiniana». Em seu livro «Bernstein e o programa social-democrático», afirmava com efeito Kautsky, fazendo precisamente a concessão fundamental necessária às manobras ulteriores da extrema direita oportunista do Partido: «A solução do problema da ditadura do proletariado podemos confiar-lhe, tranquilamente, no futuro».

Foi o jovem Lênin, no «Que fazer?» (1902, quem revelou até ao fundo as raízes ideológicas do oportunismo, que então ia claudrando-se na social-democracia internacional, em particular na Alemanha. O oportunismo — mostrava — é antes de mais nada a prostração ante o espontaneísmo do movimento operário, o aviltamento do papel da consciência socialista nesse movimento. Bernstein, seu mais destacado corifeu, era pura e simplesmente um inimigo do marxismo e, como tal, devia ser excluído do Partido.

Enquanto se aprofundava a luta de tendências na direção e nas fileiras do movi-

mento socialista alemão, a classe operária lançava-se crescentemente à luta, premiada por condições de vida dia a dia piores, — particularmente agravadas durante a crise industrial de 1901-1902, — e pelo peso cada vez mais insuportável das restrições antidemocráticas do regime absolutista.

Ampliava-se o movimento grevista. As massas trabalhadoras enfrentavam com valentia as violências da repressão governamental, logo se refaziam das derrotas que aqui e ali lhes infligia a traição dos dirigentes sindicais oportunistas. Reivindicavam a diminuição da jornada de trabalho (que era então de 11 e mais horas), aumento de salários, ao mesmo que levantavam a bandeira democrática do sufrágio universal, ainda inexistente em várias províncias

do Império, ou ameaçado de limitação em outras. Nas eleições parlamentares de 1903 os candidatos do Partido tiveram mais de três milhões de votos, a representação social-democrática no Reichstag passou de 57 para 81 deputados.

O Congresso partidário realizado nesse ano, em Dresden, aprovou nova resolução contra o revisionismo, fundamentada no informe de Bebel sobre a tática da social-democracia alemã. O grande dirigente se apoiava nas massas proletárias do Partido, a seu lado formavam Rosa Luxemburgo, o destacado intelectual marxista Franz Mehring (1846-1919), toda a ala esquerda social-democrática. Nesse Congresso, Bebel submeteu à crítica o que ele com muita propriedade batizou de «o pânico» (isto é, o que

não era nem terra nem água) — o grupo encabeçado pelo centrista Kautsky, que pretendia dissimular as contradições, as divergências nas fileiras partidárias. Apesar, entretanto, de todos os seus méritos na luta, Bebel continuava imbuído dum falso conceito da unidade do Partido e não levava, por isso, até às últimas consequências a luta contra a ala oportunista de Bernstein, Kautsky & Cia. Os oportunistas mantinham-se dentro do Partido e, o que é mais grave, ocupando postos importantes de direção, como Kautsky por exemplo.

O fuzilamento dos operários de Petersburgo, em janeiro de 1905, repercutiu profundamente no movimento de ascensão do proletariado da Alemanha. Multiplicaram-se os comícios de protesto contra o terror czar-

Teoria e prática

LATIFÚNDIO E MINIFÚNDIO

Resposta ao leitor José Nora Ferreira Ribeiro (Tupã - São Paulo)

Solicitamos ao leitor José Nora Ferreira Ribeiro uma conceituação do latifúndio e do minifúndio e dos problemas que apresentam para o desenvolvimento da agricultura brasileira.

Essas questões, embora bastante discutidas e analisadas pelos marxistas, são frequentemente distorcidas pelos defensores do monopólio da terra e pelos representantes da ideologia burguesa que falseia seus verdadeiros termos. É muito comum ouvir-se, por exemplo, a afirmação de que o minifúndio é tão prejudicial quanto o latifúndio, ou que a reforma agrária, que tem como um de seus objetivos principais a eliminação do latifúndio, causará mais mal do que bem porque virá inevitável a exploração «econômicamente condenável» da terra em pequenas parcelas.

Um fato básico, porém, está fora de qualquer contestação ou dúvida: a existência do monopólio da terra no Brasil. Basta dizer que, segundo os dados do próprio organismo oficial encarregado dos censos, em 1950, data do último recenseamento, pouco mais de 3% das propriedades concentravam mais de 82% da área total dos estabelecimentos agrícolas do país. Em números absolutos, cerca de 70 mil dos 2 milhões de propriedades existentes englobavam 144 milhões de hectares. Para caracterizar o pouco ou nenhum aproveitamento destas terras, basta dizer que, sem contar as enormes pastagens, cerca de 70 milhões de hectares estavam completamente abandonados, enquanto apenas 4 milhões eram dedicados à produção agrícola. Por outro lado, estes imensos latifúndios caracterizam-se, em maior ou menor grau, por relações agrárias às mais atrasadas, como pagamento da renda da terra em trabalho gratuito ou em produtos, como no caso da meia, da terça etc. Não existe praticamente emprego de técnica, uma vez que os arrendatários não possuem nenhuma garantia de permanência na terra que trabalhem, e os latifundiários não exploram a produção diretamente, preferindo cobrar a renda da terra e lançar-se em especulações.

No outro extremo da escala, encontramos a enorme massa de camponeses sem terra ou com pouca terra. Dentro deles estão os minifundiários, trabalhando em superfícies inferiores a 5, 2 e 1 hectares, impossibilitados de adquirir mais terra em vista de seu preço elevado e da inexistência absoluta de crédito. Temos aqui cerca de dois milhões de camponeses, representando quase um quinto das propriedades, mas abrangendo apenas 0,5% da superfície total dedicada à agricultura. Com exceção, em parte, das propriedades situadas nas proximidades dos centros urbanos mais importantes, os camponeses que trabalham nas condições de minifúndio vivem na mais completa miséria, sem quaisquer condições para aumentar sua produção. Mesmo assim, em vista de serem estas terras aproveitadas em toda a sua extensão, essas propriedades apresentam, em geral, produtividade infinitamente superior à das grandes propriedades latifundiárias.

Enquanto o latifúndio representa para nossa economia um obstáculo ao seu desenvolvimento, por ser responsável pelo nível de vida extremamente baixo de nossos camponeses, pelo abandono de terras produtivas, pela conservação de relações agrárias atrasadas e pela falta de acesso do camponês à terra, o minifúndio é improdutivo devido a ser uma propriedade extremamente reduzida e por não contar com qualquer assistência técnica e financeira, além de serem vítimas os seus proprietários do esmagamento por parte dos senhores da terra e dos intermediários. É exatamente por isto que os marxistas brasileiros vêm defendendo a necessidade de eliminar o latifúndio, facilitar o acesso dos camponeses à terra e conceder assistência econômica e técnica nos pequenos proprietários.

do que nunca, sob pena de perder o sr. Kubitschek o apoio que merece por sua política desenvolvimentista (não obstante os ingentes sacrifícios impostos ao povo). Nessa reorganização não pode ser mais tolerado um Ministro da Justiça reacionário e impopular como o sr. Armando Falcão, que é além

de tudo um empecilho à candidatura nacionalista do marechal Lott.

O caso da Conferência pró-anistia para os presos e perseguidos políticos de Espanha e Portugal é a gota que faz derramar o copo. O sr. Juscelino Kubitschek não pode ignorar o que fazem os seus Ministros.

te enraizada no movimento sindical e que contava com pleno apoio da ala direita do Partido Social-Democrático. Foi assim que, por obra e graça dessa gente e em oposição aos anseios expressos das massas proletárias, o Congresso Sindical pouco depois realizado, em Koeln, «não considerou necessário discutir a idéia da greve geral...»

Já o Congresso do Partido de setembro do mesmo ano, que teve lugar na cidade de Iena, não pôde deixar de ter em conta o estado de espírito do proletariado alemão, em cujas fileiras ressoavam, através de novos e rigorosos combates da classe, os efeitos heróicos da revolução em marcha na Rússia. O Congresso reconheceu, com efeito, após agudos debates, que era possível a realização da greve geral na Alemanha, como um «dos mais eficientes meios de luta para a conquista, pela classe operária, dos importantes direitos fundamentais necessários à emancipação».

Contra o ímpeto revolucionário do proletariado, portanto, atirava-se, ombro a ombro com a reação, a massosa burocracia solidamen-

Alegações Finais da Defesa de Prestes

A terceira acusação é de que os acusados dirigiam o Partido Comunista Brasileiro, cujo registro eleitoral foi cassado por Sentença Judicial. Ora, a norma legal vigente na espécie é o art. 9.º da Lei 1.802 que reza:

"Reorganizar ou tentar reorganizar de fato ou de direito, pouco logo em funcionamento efetivo ainda que sob falso nome ou formas simuladas, Partido Político ou associação dissolvidos por força de disposição legal".

Em janeiro de 1948 o Partido Comunista estava com seu registro cassado, mas o fato de Prestes, em nome dos comunistas que teriam constituído a direção daquele Partido até a véspera, haver lançado um documento de crítica ao governo, crítica ligada ao fato histórico da própria cassação, não pode caracterizar o crime de reorganizar pouco logo em funcionamento o aludido Partido. A lei pune reorganizar ou tentar reorganizar pouco logo em funcionamento. O funcionamento de um Partido depois de reorganizado não se positiva por um Manifesto em nome da direção que o conduziu em suas lutas até a cassação do registro.

Os acusados são comunistas e nisso exercem um direito que lhes assegura a Constituição no § 5 do artigo 141. Segundo jurisprudência firmada pelo Supremo Tribunal Federal, os comunistas, como cidadãos brasileiros no gozo de todos os seus direitos podem defender e difundir suas idéias, podem reunir-se com seus correligionários políticos, discutir e chegar a conclusões políticas. Ninguém lhes pode negar o direito de seguir uma orientação política determinada, nem o direito de lutar pela legalidade do Partido Comunista do Brasil e a revogação dos atuais preceitos legais que proíbem a reorganização daquele Partido. O que lhes é vedado é reorganizar o Partido e pô-lo logo em funcionamento o que deve ser claramente comprovado e disso nenhuma prova fez o Dr. Procurador. Falou de generalidades. Aliás, nas alegações finais do ilustre Promotor em exercício essa acusação não é objetivada.

O dr. Promotor alegou que os acusados mostraram ânimo de desprezar decisões judiciais. Isso não é verdade, mas não seria crime. Ilícito é desprezar sentença judicial, nunca demonstrar intuito desse desprezo.

O erro do dr. Promotor consiste em pretender julgar o pensamento marxista. Julgar a experiência política, social e humana da União Soviética. Em pretender julgar os acusados não por seus atos, mas por seu pensamento.

A quarta acusação é de incitar o ódio contra as classes sociais. Há neste passo evidente equívoco do dr. Promotor, equívoco aliás muito generalizado em nosso país. Os comunistas, baseados na ciência social que adotam — o marxismo-leninismo — reconhecem que a luta de classes é um fato histórico já conhecido de historiadores anteriores a Marx, como Guizot, Mignet e Thierry. Estão convencidos da existência de leis que regem o processo social e que a exploração do homem pelo homem já constitui no mundo contemporâneo, mundo em que a ciência já permite alcançar com engenho humano o satélite da Terra e fotografar sua face desconhecida, um anacronismo histórico. Mas reconhecer a luta de classes e lutar contra a exploração do homem pelo homem nada tem a ver com ódio contra as classes sociais. Os comunistas o são por amor à humanidade e não por ódio. Não há no pensamento de Prestes e dos demais acusados e não há no Manifesto esse ódio referido pelo dr. Promotor. Vencência sim. Ódio não. Os comunistas têm sido censurados, muitas vezes, precisamente, por essa ausência permanente de ódio. Em toda a sua atividade prática sempre souberam colocar os interesses sociais acima da quaisquer sentimentos pessoais ou do ódio a indivíduos, instituições ou classes sociais. Basta lembrar a atitude de Prestes, ainda nos cárceres do Estado Novo, dando seu apoio ao governo que o torturava e que entregava sua esposa aos carrascos nazistas, porque reconhecia ser um dever patriótico apoiar o governo que participava da guerra contra o nazismo e enviava brasileiros a lutar na Itália. Quando se pensa em

têrmos de fraternidade e de vida para todos, pode-se lutar contra alguém, pode-se divergir e até ferir, nunca porém o ódio é o móvel dessa conduta, mas o amor da maioria.

A quinta acusação é de incitar à greve. Acusação vaga. A greve é um direito do trabalhador assegurado na Constituição. Se o Manifesto diz que a classe operária usa a greve como instrumento de sua luta, não comete crime, porque esse instrumento a Constituição outorgou à classe operária.

As demais acusações versam supostas injúrias a agentes do Poder Público e a generais ditos fascistas. Essas injúrias a generais teriam incitado o desprezo às forças armadas e a animosidade contra eles.

Essa parte da denúncia está prejudicada pelo despacho de fls. 2239 do eminente Juiz Aguiar Dias, que aplicou aos acusados a Lei de anistia por delitos de injúrias pela imprensa. Esse despacho transitou em julgado, de modo que as palavras ditas injuriosas não constituíram crime no caso em tela.

De qualquer modo, M.M. dr. Juiz, Prestes nunca em sua vida incitou desprezo por uma classe a que pertenceu e a que honrou e se honra de haver a ela pertencido. Em carta mundialmente conhecida, escrita em setembro de 1937, do cárcere, em que se encontrava, ao ilustre advogado dr. Heraclito Sobral Pinto, dizia Prestes: "...nossa exército está, de fato, muito longe da polícia; ele, desde 1888 tem estado, em geral, ao lado do nosso povo, e muitas vezes mesmo à sua frente, em diversas lutas pelo nosso progresso social... Em nosso exército são ainda muito vivas as tradições de dignidade, altivez e coragem cívica ou ardor social de um Benjamin Constant, e de rebeldia honestamente patriótica e da bravura indômita de um Siqueira Campos". (Jorge Amado — «Vida de Luiz Carlos Prestes», Livraria Martins, págs. 343 e 344). Respondendo recentemente a um programa de televisão afir-

Integra do documento encaminhado pelos advogados Sinval Palmeira, Francisco Chermont, Osmundo Bessa e Benedito Calheiros Bonfim ao juiz Monjardim Filho (conclusão)

mou Prestes ter sido o dia mais feliz de sua vida aquele em que recebeu a espada de aspirante do Exército. Isto bastaria. Ora, se Prestes, autor do Manifesto, é uma glória do Exército, os demais acusados, que não redigiram o documento, esses, então, jamais poderiam ser acusados de intenções somente existentes no juízo dos fanáticos do anticomunismo.

Eis, afinal, M.M. dr. Juiz, a que se reduz a acusação. Um processo inquisitorial como nos tempos da Inquisição. Só faltariam as ordálias e o juízo de Deus. Mas, precisamente porque temos um processo penal democrático e contraditório e Juizes vitais e inamovíveis, precisamente por isso não voltará a Inquisição. Só nos ditaduras dão frutos processos desse jaez.

A prova

Foi assinalado, com justa insistência, que o Ministério Público não fez prova da acusação. Realmente, arrolou e ouviu testemunhas, mas policiais, traidores do movimento operário e um traidor russo, que abandonou sua Pátria ensangüentada para se passar ao campo inimigo. Um dos raros, raríssimos, em duzentos milhões de lutadores, dos quais dezesseis milhões perderam a vida, preservando a civilização daquela noite de milênio com que nos ameaçou o nazismo. Essa «prova» não seria válida nem para o juiz Bourriche que condenou Crainquellille pelo depoimento do agente 64 contra o testemunho do professor Mathieu, portador da Legião de Honra. Se não seria válida para aquele juiz que Anatole ironizou como o símbolo da Justiça que não procura descobrir a verdade, mas apenas sentenciar ao agrado do Príncipe — «il faut renoncer à savoir mais il ne faut pas renoncer à juger», menos servir para V. Exa, de quem basta dizer que, é o Juiz que revogou a prisão preventiva dos acusados, trazendo-os a todos para a sociedade brasileira, onde têm vivido e atuado como cidadãos honrados e verdadeiros patriotas. V. Exa, é o Juiz que acredita ser a Justiça a grande fórmula da convivência humana e não «la sanction des injustices étables».

Os acusados fizeram prova de inculpabilidade, porque a presunção de inocência é princípio dominante do processo contraditório. São os acusados comunistas, não o negam e orgulham-se de sê-lo. Como cidadãos brasileiros, julgam-se no direito de ser marxistas-leninistas e de difundir essa doutrina na qual vêem a única ciência social verdadeira, comprovada pela prática. Na prática da vida política, os comunistas lutam pelo progresso do Brasil, pela sua completa emancipação política e econômica, pela felicidade do povo, pela democracia e pelas liberdades democráticas, pela reforma agrária que põe termo ao injusto monopólio da terra em nosso país, por um governo nacionalista e democrático.

Está, pois, feita a prova da luta dos comunistas, continuadores das melhores tradições do povo brasileiro. Esses depoimentos são

um retrato do Brasil, de corpo inteiro. Fazem história.

Alegações finais do dr. Promotor

Não se poderia esperar que o ilustre promotor em exercício na Vara pedisse absolvição dos acusados. Não porque lhe falte independência para tanto, mas porque seria, de forma evidente, uma censura ao

exercício da prerrogativa constitucional da livre imprensa e do pensamento livre. O inciso 10 corresponde ao artigo 12 da Lei 1.802. Incitar, diretamente, e de ânimo deliberado, as classes sociais à luta pela violência». O novo da regra penal em vigor é a restrição contida nas expressões de «ânimo deliberado». Não basta incitar à luta pela violência, mas é preciso o faça de ânimo deliberado. Os acusados nunca incitaram,



O juiz Monjardim Filho deverá julgar nos próximos dias o processo movido contra Prestes e outros dirigentes do Partido Comunista.

próprio Ministério Público, que engendrou esse processo estranho. S. Exa. no entanto, depois de estudar a fundo o processo e por longo tempo, chegou à conclusão de que não colhe a acusação fundamental de pretenderem os acusados mudar o regime político por meios violentos. Os delitos do artigo 2.º da Lei de Segurança, em que foram denunciados, não os cometeram, os acusados, proclama o dr. promotor. Que restaria, então? — S. Exa., para não parecer censor de colegas, aponta, sem insistir, delitos do artigo 3.º incisos 9, 10, 12, 14 e 25. Vejamos, pois, em breve análise, se procede a acusação.

Em primeiro lugar, cumpre examinar a que normas da Lei 1.802 correspondem os dispositivos referidos pelo ilustre dr. Promotor: O inciso 9 não tem correspondente na Lei 1.802 e não é mesmo objeto da acusação. A matéria está regulada no art. 11 da nova Lei. Só é possível de pena a distribuição, inequívoca e nítida e dolosa, de boletim ou panfletos de propaganda subversiva. E o § 3.º. No caso inexistente prova desse delito por qualquer dos acusados. O mesmo art. 11 no seu § 2.º diz não constituir delito a exposição, a crítica ou o debate de quaisquer doutrinas. QUAISQUER DOUTRINAS, diz a Lei. No processo, o que há de documentação, são artigos de imprensa diária ou periódica, muitos não de autoria de qualquer dos acusados, mas sempre no

o ano 1960, ano da paz e do desarmamento, ano do degelo político internacional, com o fortalecimento da ordem jurídica democrática, o que significará a absolvição de todos os acusados.

8. — Estamos em 1959. O despacho de V. Exa. revogando a prisão preventiva dos acusados entrou para a história política-constitucional do Brasil, deu conteúdo à nossa democracia, trouxe Prestes à Praça Pública para o encontro com o povo às vésperas do pleito eleitoral. Participou ativamente, livre e democraticamente, de toda uma campanha eleitoral. Recebido com respeito por governos e Assembleias, contribuiu com os demais acusados para o reforço da legalidade democrática. Com o Vice-Presidente da República falou ao povo nos comícios, com vários Governadores batizou na mesma trincheira de legalidade, em Pernambuco, no Estado do Rio, no Rio Grande do Sul, em Sergipe e assim por todo o Brasil. E agora V. Exa. os julgará como subversores da ordem política e social.

Não tem sentido a acusação. Estará superada no tempo. Envelheceu e morreu de esclerose. Descanse em paz. Voltemos ao Congresso de Criminologia do Chile. O conceito de delito político se confina no subjetivo do móvel determinante do ato. Ora, o móvel do Manifesto de janeiro de 1948, o móvel de todos os atos posteriores dos acusados, tem sido, ostensiva e enfaticamente proclamado, a independência política e econômica do Brasil, a elevação do nível de vida do povo brasileiro, uma vida livre e digna para todos, dias alegres, sem angústias. Pão e Rosas. Onze anos decorreram do Manifesto origem do processo, onze anos de amadurecimento político e de lutar democráticas, mas onze anos de mais amor ao Brasil e de confiança no seu futuro. Essa é a bandeira dos acusados. V. Exa. os julgará protegidos por ela. E a bandeira verde e amarela, ouro e esperança nesse país que deve ser de todos nós brasileiros, mas não o é. Não é a bandeira Soviética como disse o dr. Ribeiro de Castro, apenas para dizer insulto. A bandeira Soviética cobre um grande povo e se cobriu de glória imorredoura livrando o mundo do nazismo e do fascismo.

O inciso 12 da Lei 431 corresponde ao art. 13 da Lei 1.802 e se refere a greve de serviço público e de abastecimento da cidade. Qual a greve de serviço público e de abastecimento dirigida, orientada por qualquer dos acusados? Não se diz no processo. O Serviço Público da cidade, como seu abastecimento são deficientes e quase paralisados, mas por culpa do Poder ou dos concessionários. Os acusados — nunca dificultaram o fornecimento de carne ou de leite. E a cidade jamais ficou às escuras por ato de qualquer deles. O inciso 14 não tem correspondente na Lei 1.802. Está revogado. Não há pena de morte no Brasil. Quanto ao inciso 25, injuriar os Poderes Públicos, não vale discutir a matéria porque esse ponto da acusação foi excluído por despacho que transitou em julgado, e já referido.

Alí está a que se reduz o libelo acusatório. Mas o ilustre dr. Promotor não tem, por certo, outro pensamento, que a absolvição. Nas circunstâncias, suas razões soam como um pedido de absolvição, que V. Exa. acolherá, iniciando-se

URSS seria absurda, pois, não temos qualquer conflito com aquele país. O Brasil só poderia ser arrastado a uma tal guerra na esteira de uma agressão — estrangeira, com ofensa à nossa Constituição, que proíbe as guerras de agressão e conquistas. Nessa hipótese, os comunistas não poderiam deixar de lutar contra o governo criminoso que realizasse semelhante política. E, ao lado dos comunistas, não poderiam deixar de colocar-se todos os brasileiros honrados, não interessados numa guerra de agressão. Essa a verdade histórica e bem a conhecem os que a torcem e desfiguram. Quando De Gaulle se levantou contra o governo de Vichy, acorrendo à Alemanha nazista, não traía a França, defendia a Pátria e a própria honra da França imortal. É um exemplo de nossos dias.

9. — Os acusados aguardam serenamente o julgamento de V. Exa. Quando lançado o Manifesto de janeiro de 1948 o clima nacional era diverso. Seu Partido, com seiscentos mil votos, tinha sido fechado, seus mandatos cassados, seus lares invadidos a toda hora pela Polícia Política. Não eram os acusados os subversivos, mas o Governo em que tanta ilegalidade se praticava. É de lembrar a lição de Rui:

«O domicílio é a fortaleza do indivíduo. O direito é o presidio do homem. O voto é a praça de armas do cidadão. Quando ele se encerra em qualquer desses abrigos invioláveis e de dentro de um deles, opõe a defensiva à ofensiva a legalidade à usurpação e a força à força, essa força em tal caso, a força da que se vê constrangido a defender-se é a força conservadora, a força jurídica, a força legal, a sagrada força da legítima defesa».

Os acusados não usaram a força para defender seus domicílios contra a invasão policial, não usaram a força para se manter na tribuna que o povo lhes dera pelo voto livre, usaram a palavra, o pensamento, no alertar os democratas contra as negociações do direito e as ofensas à legalidade?

10. — Nesses numerosos volumes há muito da História do Brasil, das lutas de nosso povo por sua emancipação. Prestes comandou e comandou muitas dessas lutas. Mas o seu móvel é a grandeza de nossa Pátria, livre, unida e independente. Nenhum crime cometeram e nenhum crime cometem. Cidadãos livres de uma Pátria que querem ver livre e próspera. Por isso respondem a esse processo, do qual serão mais fortalecidos nas suas convicções democráticas e socialistas, e no seu amor ao Brasil.

11. — Quanto ao acusado Fernando de Paiva Lacerda, muito embora extinta a punibilidade pela morte, os seus advogados pedem a V. Exa. o inclua no seu julgamento, para que seu nome continue ligado ao de seus companheiros numa sentença absolutória que fará honra à Justiça e justiça aos acusados.

Assim esperam V. Exa. julgará a todos com as luzes do seu saber e a coragem de bom Juiz. Rio de Janeiro, 7 de janeiro de 1960.

Isolado o prefeito janista

NOVA IGUAÇU EM PÊSO CONTRA O NOVO CÓDIGO TRIBUTÁRIO

Em Nova Iguaçu, como em outras cidades fluminenses, os trabalhadores da municipalidade reivindicam, apenas, que o seu salário seja equiparado ao salário mínimo do Estado. Em vez dos 3.000 cruzeiros que percebem, e que não dão para coisa alguma, querem que lhes sejam pagos 5.700 cruzeiros mensais. Inclusive a Justiça já lhes deu ganho de causa.

Situação ainda mais deplorável é a do professorado primário municipal, pois os salários vigentes são de apenas 2.100 cruzeiros por mês...

A campanha dos pequenos servidores e das professoras por aumento de salários conta com a simpatia da população do município e é dirigida pela seção local da União Nacional dos Servidores públicos.

GOLPE DO PREFEITO

Foi exatamente compreendendo a justiça dessa aspiração que o prefeito de Nova Iguaçu, sr. Arruda Negreiros, procurou confundir a opinião pública, apresentando um esboço de aumento de impostos como destinado a atender aos pequenos servidores e ao professorado. Entretanto, que tudo não passava de manobra, ficou claro quando chegou à Câmara Municipal o projeto de Código Tributário, consagrando o mencionado aumento, e em cuja mensagem não era dita uma só palavra a respeito do funcionalismo.

A APROVAÇÃO DO CÓDIGO

O novo Código Tributário é um verdadeiro golpe

COFA...

(Conclusão da 7ª Página)

Uma série de produtos, entre os quais as vitaminas usadas no tratamento da gripe (conforme afirmou o sr. Thiers Coutinho, presidente do Sindicato do Comércio Varejista), no momento mesmo em que se anuncia uma epidemia no Brasil. Os industriais começam a forçar, com a retirada de seus produtos do mercado, o aumento dos preços. Anteriormente tinham ameaçado, numa nota publicada em 12 de dezembro de 1959, esta medida digna de carrascos, que joga com a saúde de nosso povo. Este é o princípio ético que os norteia. Uma ética inspirada na pura ganância de maiores lucros.

do prefeito Arruda Negreiros contra os municípios, como veremos a seguir. Por isso, a fim de garantir sua aprovação em tempo recorde, o prefeito tomou algumas providências, a mais importante das quais consistiu no suborno de quatro vereadores do PSD. Cada um dos mencionados vereadores recebeu 28 excelentes cargos públicos para distribuir com parentes, amigos, cabos eleitorais, etc. Dessa manobra consta que participou ativamente o sr. Mário Guimarães, secretário do Interior e Justiça do Estado do Rio e elemento de Jânio Quadros enquadrado na administração Roberto Silveira. Pois bem. Amaldiçoado o terreno, não foi difícil conseguir aprovação do Código bomba pela Câmara Municipal, em apenas 12 horas, mesmo atropelando o Regimento Interno e ignorando solenemente a Lei das Municipalidades, que proíbe a consideração de projetos relacionados com as finanças públicas em regime de urgência.

O QUE É O CÓDIGO

No Código do sr. Arruda Negreiros, o imposto de indústrias e profissões sofre aumentos que variam de 200 a 1.500 por cento. Indústrias que até aqui gozavam de isenção do pagamento desse imposto, terão agora que desembolsar de 500 a 800 mil cruzeiros por ano. O comércio, para funcionar até às 24 horas, pagará mais 30 por cento e mais 60 por cento se ficar aberto além das 24 horas. Até a requisição de força policial é prevista no Código para obrigar ao pagamento do imposto.

Também sofreu majoração, embora subreptícia, o imposto predial. As autoridades fiscais do município poderão arbitrariamente de acordo com o valor venal, incluindo-se o valor venal do terreno, sobre o qual, normalmente, incide um outro imposto.

A taxa de conservação de estradas, nas bases fixadas, vai onerar sobremaneira o custo das utilidades de primeira necessidade, principalmente as vendas nas feiras-livres.

O Código, além do mais, reúne em mãos do prefeito uma enorme soma de poderes discricionários, em detrimento das prerrogativas da Câmara Municipal e dos próprios direitos e garantias individuais dos cidadãos.

Foi esse o Código cuja aprovação o prefeito Arru-

da Negreiros arrancou da Câmara Municipal em poucas horas e do qual nem mesmo os vereadores puderam ter pleno conhecimento...

RESISTENCIA POPULAR

Imediatamente depois de aprovado o Código e sancionado pelo prefeito, iniciou-se uma campanha pela sua revogação que uniu praticamente todas as camadas da população do município. Efetivamente, por convocação da Associação Comercial e Industrial de Nova Iguaçu, reuniram-se todos os sindicatos de trabalhadores de N. Iguaçu, a União Nacional dos Servidores Públicos (seção local), a União Iguaçuana de Estudantes, os Centros de Melhoramentos do Município, em número de cerca de quinze, e o Sindicato do Comércio Varejista Iguaçuano. Nessa reunião foi escolhida uma comissão composta de representantes daquelas entidades para dirigir a luta pela revogação do Código.

A primeira providência consistiu em conseguir a convocação extraordinária da Câmara para a revogação do Código. Em primeira discussão, a oposição obteve uma vitória, derrotando o Código por 9 votos contra 8.

GRANDE COMÍCIO

Na luta pela revogação do Código Tributário, o episódio mais importante, até o momento, foi o grande comício realizado às 19 horas do dia 21 último, ao qual compareceram cerca de 5 mil pessoas, fazendo-se ouvir diversos oradores, entre os quais representantes das entidades promotoras da manifestação, vereadores, deputados fluminenses e outras pessoas.

No dia do comício, atendendo a um apelo da comissão, o comércio e a indústria fecharam suas portas ao meio-dia. Não ficou aberto um único estabelecimento.

Tentando atemorizar os manifestantes, o Janista Mário Guimarães, patrono do sr. Arruda Negreiros, fez seguir para Nova Iguaçu forte contingente policial de mais de cem soldados. Tudo, porém, foi inútil, pois ninguém se deixou atemorizar e o povo compareceu em massa ao comício. Desmascarados ficaram o prefeito e o atribulário secretário do Interior do Estado do Rio.

A luta continua, com toda a população unida contra o Código. Nos próximos dias, a Câmara deverá reunir-se para votar a revogação do Código.



GUARUJÁ: PREFEITO E CÂMARA TOMAM POSSE

Com a presença de altas personalidades civis e militares, realizou-se na Câmara

Municipal de Guarujá, a 6 de janeiro, a cerimônia de posse do novo Prefeito, sr. Joazeiro Deque, vice-prefeito, sr. José Bueno de Assis, e vereadores eleitos em 3 de outubro de 1959. Grande massa popular compareceu ao ato, que foi presidido pelo juiz Antônio Chaves, oclacionando demoradamente os novos administradores do município paulista, vitoriosos nas urnas com o apoio de uma coligação nacionalista da qual participaram o PTB e o PSP, os comunistas, o PRT e o PRP. Em seu discurso de posse (foto) o novo prefeito de Guarujá asseverou que uma das suas primeiras medidas seria a normalização do pagamento ao funcionalismo municipal, cuja maioria não recebia a três meses.

CARTA DO SERTÃO

ZÉ PRAXÉDI — o poeta vaqueiro

Cumpade Mané Cupira, Prufeta de minha terra. M'alemba qui vós dizia: "Vai dexá de havê guerra!"

Foro palavras do meste: "O pobé vai miorá! Vem da Lua liba forte, O mericano do norte E' difíce chegá lá".

Cumpade, tás cá rezão, Sigo a tua profúcia. O qui dixe há dez ano A gente vê hoje in dia. Im Mina já tão fazendo O prato das três Maria

"O prêto, o branco e o russo, Contemprando o amarelo. Nas cinco parte do mundo Vai se tê foice e martelo. Sem o fôgo das metralha. Fica o trabá de sandaia, O capitá de chinelo".

"Os mericano do norte Vão tê um vivê pacato. O mulato casa cum branca E a branca cum mulato".

Tá se cumprindo, cumpade, O russo já foi a Lua, O chinês, raça amarela, Tá furando qui nem pua.

No izerso do povo russo Foi dispensado um mião A bombinha queles tem Basta mandá ela vem Im defesa da nação.

Nós samo das quatro raça.. Musturado qui nem bode, Vontade se tem dimás Porém se vê qui num pode. O Brasi fica de fora Oiando prêsse pagode.

Cumpade, se tu tivé, Quarqué coisa profetado, Pode mandá no corréi Qui vai sai publicado. És um saibo brasileiro... Precisa qui o mundo intêro Assunte no teu riscado.

Tudo quanto digo e faço Eu ti cursuro premêro. O Zé Praxédi de sempre, O tu puêta vaquêro.

Port of Pará Escândalo de Quarenta Anos!

Este caso da Cia. Port of Pará e das ferrovias São Paulo-Rio Grande e Vitória-Minas vem reviver, em plena segunda metade do século XX, um episódio típico da época do colonialismo florescente. O que admira é a audácia de certos entregulistas, bem amparados, ao desenterrar uma questão que o país considera liquidada.

PORT OF PARÁ

Vejam, sumariamente, a questão. Em 1921, sendo Epitácio Pessoa presidente da República, foi descoberto que a companhia Port of Pará, concessionária do porto em Belém, vinha furando o país em vultosas somas. Mediante alteração fraudulenta do contrato com a União, vinha recebendo do Tesouro Nacional, a título de juros, uma soma anual que, em 1921, já se elevava a cerca de 25 mil contos de réis. Todos os anos, no orçamento da União votado pelo Congresso era consignada uma verba para a realização de tais pagamentos devidos à Port of Pará. Por determinação de Epitácio Pessoa, esses pagamentos foram suspensos em 1921. Na expressão daquele presidente, tratava-se de "uma das mais graves irregularidades da história administrativa do Brasil". Epitácio revelou, ainda, em candente exposição, outras fraudes praticadas pela Port of Pará, na qual, mais tarde, em 1946, se basearia o presidente Getúlio Vargas para determinar, por decreto, a restituição, pela empresa estrangeira, de tudo quanto havia indebitamente recebido da União e que se elevava a 355 milhões de cruzeiros.

Ora, essa dívida era superior ao patrimônio da Port of Pará, de sorte que a exigência formulada por Getúlio Vargas implicava realmente na encampação da empresa. Daí surgiu a pendência entre a companhia estrangeira e o Governo da União, tendo aquela se valido do concurso do governo francês, apesar da sede da empresa figurar oficialmente como sendo localizada nos Estados Unidos...

AS FERROVIAS

Mais ou menos semelhante o caso das ferrovias São Paulo-Rio Grande e Vitória-Minas. A primeira, também inevitavelmente, recebeu da União, a título de juros sobre linhas ferroviárias que jamais construiu, mais de 3 milhões de libras esterlinas (juros de 6 por cento ao ano sobre 3 milhões de libras, durante mais de 16 anos...

Foi também o presidente Getúlio Vargas, em março de 1940, que decretou a incorporação da mencionada ferrovia ao patrimônio nacional, tendo em conta o débito da empresa à União.

INVERSÃO DOS PAPEIS

De fato, o governo francês nunca se conformou com os atos legítimos do governo brasileiro e várias notas diplomáticas foram trocadas a respeito, a primeira das quais às vésperas da capitulação do governo francês diante de Hitler, em junho de 1940.

Ultimamente, o vergonhoso "affaire" foi objeto de viagem do então ministro do Exterior da França, Pinay, ao Brasil. Foi concluído um vergonhoso acordo estabelecendo que a França abriria ao Brasil um crédito de 200 milhões de dólares para ad-

quirirmos lá produtos de importação, em troca do pagamento de uma "indenização" de perto de 100 milhões de dólares pela encampação das mencionadas empresas.

Para conectar a escabrosa negociação, o litígio entre o governo brasileiro e as empresas privadas apátridas seria submetido a arbitramento internacional. Nesse sentido, por iniciativa do Poder Executivo, chegou ao Congresso Nacional um decreto legislativo autorizando o Poder Executivo a recorrer ao arbitramento.

RESISTENCIA

A coisa, porém, era por demais esdrúxala. Eminentes juristas nacionais, um após outro, recusaram-se a fazer parte da corte de arbitramento, alegando, como disse o Consultor Geral da República, sr. Antônio Gonçalves de Oliveira, que o arbitramento significava, implicitamente, pelo Brasil, o reconhecimento da incapacidade de sua própria justiça. O arbitramento só é aplicado a um país em assunto de ordem patrimonial "quando a justiça desse país não oferece as condições mínimas de garantia, tomando-se por base o standard jurídico internacional".

O arbitramento significaria, pois, a renúncia à soberania nacional, a equiparação do Brasil às mais infelizes colônias. A declaração do Consultor Geral da República alcançou grande repercussão e projetou luz sobre o problema. Em consequência, o sr. Juscelino Kubitschek endereçou ao Ministério das Relações Exteriores, para que opine, o ofício do Consultor Geral.

Neste pé estão as coisas. Segundo declarações à imprensa, o deputado José Bonifácio apresentará ao Congresso projeto de lei retirando a autorização dada ao Executivo para que lance mão do arbitramento. Por ora, porém, a ameaça persiste e se não houver uma firme tomada de posição pelas forças nacionalistas o país poderá pagar os olhos da cara pelo que já é seu.

MACAÉ PAROU: SOLIDARIEDADE AOS GREVISTAS

Os servidores municipais da cidade de Macaé, com 12 meses sem receberem seus vencimentos, tendo já seus créditos cortados nos armazéns, viram-se obrigados, premidos pela fome, a lançar mão da greve como último recurso para exigir do Prefeito o pagamento de seus salários.

UM ANO DE ESPERA

Apesar dos constantes atrasos nos seus pagamentos, os servidores, durante o ano que passou tudo fizeram para normalizar a situação. Quando alguns servidores, em completo estado de desespero, procuravam o Prefeito para pedir o pagamento de pelo menos um mês, para socorrer a esposa acamada ou um filho doente, eram atendidos com desafetos, maltratados, suspensos e demitidos por terem a "petulância" de ir ao Prefeito fazer reclamações.

Mas os servidores não se deixaram vencer pela fome, foram à greve e tiveram o apoio unânime de todos os trabalhadores do comércio e de todo o povo de Macaé. Os grevistas recebem contribuições em dinheiro e gêneros, providas de todos os setores da população.

CRESCER A SOLIDARIEDADE AOS GREVISTAS

O Sindicato dos Ferrovias

da Leopoldina colocou seus dependências à disposição dos grevistas. Lá eles estabeleceram seu Q.G. e organizaram um depósito onde fazem a distribuição de gêneros aos grevistas. Mais de 100 mil cruzeiros de mantimentos já foram distribuídos. Os médicos da cidade colocaram-se à disposição dos servidores e os atendem e às suas famílias. Duas crianças morreram de inanção durante os 11 dias de greve.

A população de Macaé assiste a tudo isso com indignação e transforma a luta dos servidores em sua própria luta, participando de comícios, como o do dia 14, o maior já realizado na cidade. Nesse dia a cidade parou. O comércio fechou suas portas, os trabalhadores deixaram o serviço, as oficinas de Imbituba, da Leopoldina, também pararam. Faixas contra o Prefeito foram colocadas e decretado o luto pelas estudantes, em solidariedade aos servidores em greve.

A população está decidida a não pagar mais impostos sem que seja antes solucionada a situação criada em Macaé, pelo Prefeito Eduardo Serrano. A situação se complica, o Estado já interveio no serviço de esgoto, evitando assim que uma epidemia se alastre na cidade.

RESPOSTA AO LEITOR

BERNARDO AMARAL (Jaboatão, Pe) — Agradecemos o artigo sobre o Natal. Por não ter chegado às mãos com atraso, não pudemos publicá-lo. Solicitamos os amigos nos enviar reportagens sobre a vida dos camponeses e trabalhadores desse município.

ANTENOR GOMES (Ribeirão Preto, SP) — Agradecemos as felicitações enviadas.

ANTÔNIO CAMARGO (Horizontina, RGS) — Agradecemos o ABC que nos enviou. Por falta de espaço deixamos de divulgá-lo.

JOSÉ MARIO (Salvador, Ba) — Recebemos e agradecemos o artigo sobre a "revolta de Aragarças". Por falta de atualidade, deixamos de publicá-lo. Pedimos ao amigo que nos envie reportagens sobre assuntos ligados à vida dos trabalhadores e do povo balano — sobre o movimento nacionalista, estudantil, etc.

AGRIMAR MONTE-NEGRO (Caruaru, Pe) — A notícia sobre a instalação do Comitê Nacionalista já foi divulgada em número anterior. A falta de espaço impediu a publicação de seu poema. Pedimos enviar reportagens sobre problemas dos trabalhadores desse município.

PARANÁ: ESTADO QUER FISCALIZAR

CONCESSÕES DE ENERGIA ELÉTRICA

CURITIBA (Do Correspondente) — Com a presença de diversos líderes sindicais, realizou-se na Delegacia Regional do Trabalho, nesta Capital, uma reunião em que foi debatido o problema da energia elétrica no Estado. Além dos líderes sindicais, também compareceram o delegado do Trabalho, o deputado Valdemar Daros e um representante do vice-presidente João Goulart.

Propôs o deputado Valdemar Daros que os líderes sindicais, unidos, manifestassem ao governo federal o interesse do Paraná em que a União delegue poderes ao Departamento de Águas e Energia Elétrica deste Estado para fiscalizar as empre-

sas concessionárias dos serviços de eletricidade. Além disso, o DAEE deveria ser obrigado a levar a efeito as obras previstas no Plano de Eletrificação do Paraná, construindo as centrais de Capivari e Cachoeira, entre outras.

PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS

O deputado Valdemar Daros, que se vem destacando por suas posições nacionalistas, também tomou a iniciativa de, por intermédio da Assembleia Legislativa, solicitar providências ao Ministério da Agricultura no sentido de fazer com que a "Cia. Prada de Eletricidade"

cumpra suas obrigações contratuais no fornecimento de energia às cidades de Ponta Grossa, Castro e Pirai do Sul. Segundo a representação feita pelo deputado Daros, o fornecimento de energia — do qual aquela empresa tem exclusividade — apresenta sérias deficiências e vem mesmo freando o desenvolvimento econômico, notadamente o Industrial, daquelas três cidades. No mesmo documento, o deputado Daros solicita, ainda, as autoridades federais, que ouçam a respeito os prefeitos de Ponta Grossa, Castro e Pirai, os presidentes das respectivas câmaras municipais e representantes das classes conservadoras.

Focos do anti-semitismo estão no governo de Adenauer

HOMENS DE HITLER SAEM DA CADEIA PARA DIRIGIR A ALEMANHA OCIDENTAL

ORLANDO BOMFIM Jr.
(enviado especial de NOVOS RUMOS à Europa)

Ante a onda de anti-semitismo que se alastra por diversos países (até aqui no Rio encontrei a cruz suástica nos muros!) algumas pessoas assumem atitude de desprezo e indiferença, julgando tratar-se de simples brincadeira de desocupados. Por outro lado, os manipuladores das agências noticiosas do imperialismo descaradamente se esforçam por fazer crer que se trata de um plano urdido pelos comunistas dentro de uma "estratégia geral" de ataque ao governo da Alemanha Ocidental. É certo que no primeiro caso se pode admitir ingenuidade, que não existe no segundo, cuja má fé aparece evidente. Mas também é certo que ambas as atitudes são idênticamente falsas.

O anti-semitismo não morreu com Hitler sob os escombros da Chancelaria do Reich. E isso porque lá também não tiveram seu sepultamento definitivo as causas do militarismo alemão, responsável pelas monstruosidades que os vestígios dos campos de concentração ainda hoje, dramaticamente, atestam e por duas grandes chincinhas mundiais que ceifaram milhões de vidas e destruíram riquezas produzidas e acumuladas durante anos e séculos pelo trabalho do homem. Sob esse aspecto, a vitória militar conquistada sobre o nazismo foi burlada pela política até agora seguida pelas potências ocidentais em relação à Alemanha de Adenauer. E é necessário compreender e avaliar devidamente essa realidade para se ter consciência do que ela representa. A Alemanha Ocidental se desenvolve num sentido que conduz ao restabelecimento do agressivo militarismo germânico e isso constitui uma ameaça à paz mundial. São pois os interesses de todos os povos — incluído evidentemente o novo alemão — que estão em jogo.

DOIS CAMINHOS

Os Acórdos de Potsdam, expressando os objetivos da coligação de povos e governos formada durante a guerra contra o nazismo, previam a desnazificação, desmilitarização e democratização da Alemanha. Postos em prática seus princípios, o militarismo germânico seria extirpado pela cruz, desaparecendo como força ameaçadora dos países vizinhos e foco de perturbação da paz mundial.

No território que, hoje, constitui a República Democrática Alemã, os princípios de Potsdam foram seguidos à risca. As propriedades pertencentes aos banqueiros e industriais criminosos de guerra se transformaram em propriedade de todo o povo. Uma reforma agrária bem conduzida dividiu os latifúndios (um dos sustentáculos econômicos dos militaristas) e distribuiu a terra entre os trabalhadores rurais e camponeses sem terra ou com pouca terra. E tudo isso se fez com a participação direta do povo, chamado a opinar através do voto, em plebiscitos. Tornou-se possível, assim, o livre curso de um desenvolvimento antifascista e democrático. É essa a razão pela qual na República Democrática Alemã o militarismo germânico não levantou a cabeça. Como também não levantam a cabeça os nazistas.

Outro foi, porém, o curso que os acontecimentos tomaram no território que hoje constitui a Alemanha Ocidental. Assembleias como, por exemplo, as da Renânia, da

Westfalia e de Hessen chegaram a aprovar, em 1946 e 47, leis desapropriando os criminosos de guerra e determinando a reforma agrária. Mas a interferência das potências ocidentais que ocupavam essa parte da Alemanha impediu que as leis fossem cumpridas. Conservou-se intacta, assim, a base do poder das forças que tinham levado ao nazismo e suas trágicas conseqüências. E essas forças passaram a influir cada vez mais em todos os sentidos, frustrando, naturalmente, os objetivos de desnazificação, desmilitarização e democratização.

CONCENTRAÇÃO DOS MONOPÓLIOS

Em 1933, as grandes sociedades por ações, com mais de 50 milhões de marcos, constituíam 37,1% do total do capital de ações. Em 1958 — conforme documento divulgado pela República Democrática Alemã, e não contestado, essas sociedades passaram a dominar 62,5%. E a participação das sociedades gigantes, com mais de 100 milhões de marcos, cresceu, no mesmo período, de 23,8% para 46%. Quase 80% de todo o capital em ações germânico-ocidental está nas mãos de 17 grupos monopolistas. E nesses grupos ocupam posições de direção magnatas da indústria e das finanças que levaram Hitler ao poder, mesmo alguns que foram condenados como criminosos de guerra mas hoje se encontram em liberdade e nos antigos postos dirigentes da economia. O documento a que nos referimos cita alguns exemplos típicos que vale a pena reproduzir:

Otto Ambros, responsável pelo campo de concentração instalado pela IG-Farben em Auschwitz, condenado a 8 anos de prisão, é membro dos Conselhos Administrativos de vários poderosos cartéis na Alemanha Ocidental.

Max Ignér, chefe do serviço de espionagem industrial da IG-Farben, condenado a 3 anos de prisão, faz parte do Conselho Administrativo do "Deutsch-Uberseeischen Bank", de Hamburgo.

Karl Kranch, Friedrich Jähre, Hans Kugler, Fritz ter Meer, todos condenados pelo Tribunal Aliado como colaboradores de Hitler no setor econômico, ocupam outra vez posições-chave nas três "sociedades herdeiras" da IG-Farben.

Também os réus do "processo Krupp", Eberhard, Ihn e Losser, como os do "processo Flick", o próprio Flick, Weiss e outros, ocupam novamente suas posições dirigentes na economia.

Esses são alguns exemplos, sem dúvida bem expressivos. E é fácil de se compreender em que sentido se exerce a crescente e dominante influência desses grupos monopolistas na vida econômica, política e social da Alemanha Ocidental.

NO APARELHO DE ESTADO

Documento do próprio governo de Adenauer — o "Boletim de Imprensa e Informação" — registrava, em 31 de março de 1956, a participação, no aparelho do Estado, de 181.202 funcionários e empregados que haviam servido ativamente no aparelho de Estado da Alemanha nazista.

Mais ainda. Já em 1958, dos 17 membros do ministério de Adenauer 1 eram antigos e destacados colabora-

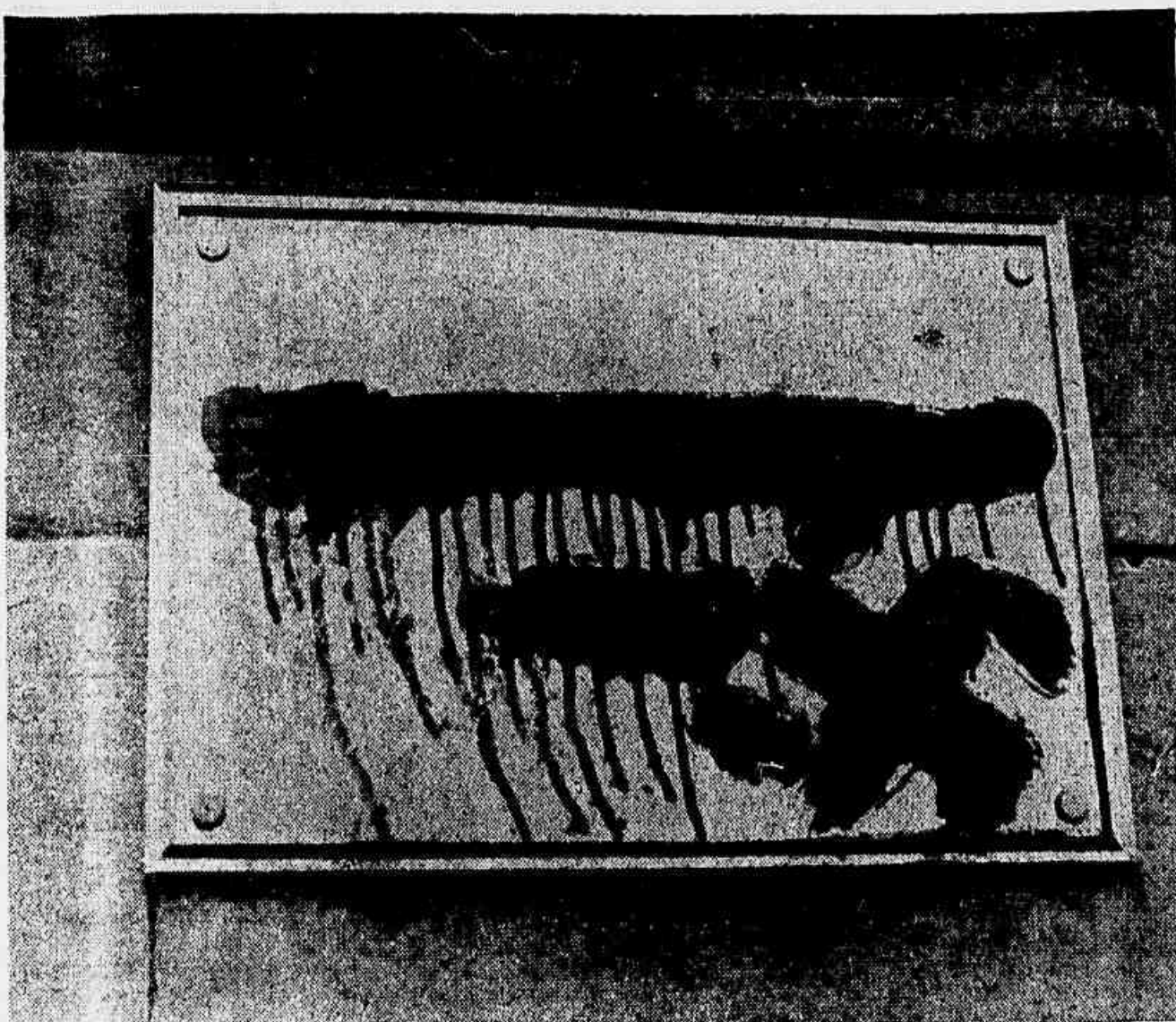
dores do governo nazista ou tinham ocupado postos responsáveis nas formações "SS", "SA" ou no Partido de Hitler. Por exemplo: Schröder, Ministro do Interior, era membro do Partido Nacional Socialista e da "SA" desde 1933. Strauss, Ministro da Guerra, foi oficial "instrutor nacionalista" na Wehrmacht hitleriana. O chamado Ministro para as questões dos evadidos da parte oriental, Oberlander, membro do Partido Nacional Socialista desde 1933, chegou ao posto de "Reichsführer" da "União do Oeste Alemão".

Tornou-se público, em 1952, que 85% dos altos funcionários diplomáticos da Alemanha Ocidental pertenceram ao partido nazista, sendo muitos deles responsáveis por crimes de guerra. E o caso do dr. Wrener von Bergen, diretor da Seção da Europa Ocidental do Departamento Político do Ministério do Exterior ao tempo de Hitler, nomeado em 1958 dirigente ministerial do Serviço de Assuntos Exteriores de Bonn. O dr. Hasso von Etzdorf, ex-"Obersturmbannführer" da "SA" e representante de Ribbentrop no Estado Maior do exército nazista, assumiu, também em 1958, a direção da Seção Ocidental do Serviço de Assuntos Exteriores de Bonn. Von Stechow, conselheiro da Embaixada em Copenhague, foi assessor na Seção Política de Assuntos Exteriores nazistas. Um nazista fanático como o dr. Otto Brautigam, responsável pelo assassinato de milhares de judeus durante a ocupação nazista da Europa oriental, é conselheiro da Alemanha Ocidental em Hongkong.

CONHECER PARA COMBATER

Muitos outros exemplos poderiam ser apresentados. E conhecida a impressionante documentação divulgada pelo Comitê pela Unidade da Alemanha sobre centenas de juizes e procuradores dos tristemente célebres tribunais especiais nazistas (milhares de pessoas foram assassinadas por suas decisões) que hoje foram readmitidos nos tribunais da Alemanha Ocidental. NOVOS RUMOS já publicou a relação nominal dos generais de Hitler que hoje comandam o exército de Adenauer. Quatro grandes "Associações de soldados" congregam 273.000 membros, havendo 1.173 chamadas "Associações de tradições", das quais 45 são destinadas aos ex-membros das formações fascistas "Waifen SS". E para a ordenação da atividade de todas essas associações foi criada uma entidade presidida pelo general hitleriano Westphal.

Assim, em vez de desnazificação, desmilitarização e democratização, a Alemanha Ocidental segue o caminho da nazificação: na economia, nos órgãos do Estado, no exército, no aparelho judiciário. É toda uma política que repousa no poder econômico dos monopólios germânico-ocidentais e se orienta para objetivos agressivos. É um obstáculo que se levanta à liquidação da guerra fria, a uma justa solução dos problemas da Alemanha em geral e de Berlim em particular, e a predominância dos princípios de coexistência pacífica e de salvaguarda da paz. O anti-semitismo corresponde a uma manifestação dessa política, que deve ser bem conhecida para ser bem combatida.



A nova sinagoga de Colônia e o monumento em homenagem às vítimas do nazismo foram o alvo das primeiras manifestações anti-semitas na Alemanha

Occidental. Os nazistas lambusaram de tinta preta, branca e vermelha o templo judaico e, com tinta preta, o monumento.



Em Nuremberg, num posto de bombeiros, os nazistas da Alemanha Ocidental, que detêm posições importantes na administração do país, não se limitaram a sujar as paredes com a odiosa cruz gamada; inscreveram também a tristemente famosa saudação «Heil Hitler».

taram a sujar as paredes com a odiosa cruz gamada; inscreveram também a tristemente famosa saudação «Heil Hitler».



Também a sinagoga da cidade de Gelsenkirchen mereceu o ódio dos nazistas de Adenauer. Trata-se, assim, de uma seqüência de fatos que mostram

como o anti-semitismo se alastra no ocidente da Alemanha, exatamente como reflexo da crescente nazificação do governo de Bonn.

NOVOS RUMOS